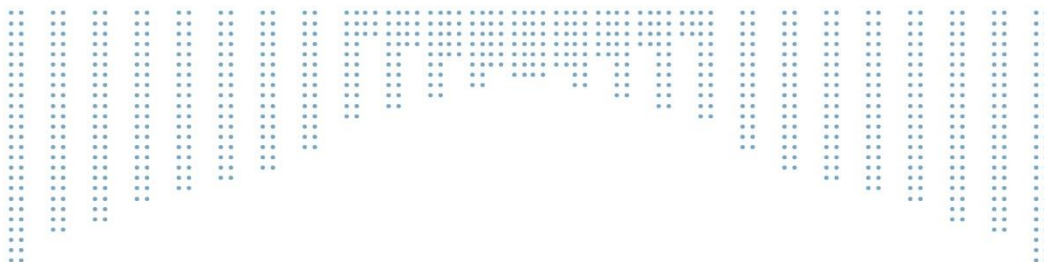




PLANO DE ATIVIDADES & ORÇAMENTO 2016

Centro Hospitalar do Porto, EPE

2016



Maio 2016

PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO

CENTRO HOSPITALAR DO PORTO

SUMÁRIO

1. NOTA INTRODUTÓRIA	2
2. ENQUADRAMENTO DO CENTRO HOSPITALAR NA REGIÃO	4
3. ACTIVIDADES PREVISTAS E RECURSOS	16
4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS	30
4.1. PLANO DE INVESTIMENTOS/FINANCIAMENTos	31
4.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAL.....	34
4.3. BALANÇO PREVISIONAL.....	41
4.4. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA PREVISIONAL.....	44
5. PRINCÍPIOS GERAIS DE ELABORAÇÃO DOS INSTRUMENTOS PREVISIONAIS DE GESTÃO.....	46
6. PARECER DO ROC SOBRE OS INSTRUMENTOS PREVISIONAIS DE GESTÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DO OE2016	50

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Centro Hospitalar do Porto, constituído pela fusão, em Outubro de 2007, do Hospital Geral de Santo António, Maternidade Júlio Dinis e Hospital Especializado de Crianças Maria Pia. Em 2011, viveu mais uma integração, o Hospital Joaquim Urbano, e em 2013, o Centro de Genética Médica Dr. Jacinto Magalhães. Tais factos, têm influenciado a adoção de uma trajetória contínua no caminho da sustentabilidade, dado que a absorção de custos de outras entidades nem sempre se refletiu de forma ajustada na política de financiamento - não só porque os sucessivos contratos programa não refletiram adequadamente a casuística das unidades integradas, com impacto nos défices operacionais dos últimos anos, mas também porque o CHP continua sem receber parte do reforço do capital estatutário pela sua constituição através do Decreto-Lei 362/2007 de 28 de Setembro. Acresce que as duas últimas integrações, vieram agudizar a situação económico-financeira do CHP, na medida em que à data da integração o HJU estava em estado de falência técnica sem que tenha havido por parte da tutela qualquer reforço de capital estatutário no sentido de sanear tal desequilíbrio.

Em 2014, e pela primeira vez desde a constituição do CHP, tivemos um EBITDA e resultado líquido positivo. Nesse ano, entrou em funcionamento o novo edifício do Centro Materno-Infantil do Norte, inaugurado a 6 de Maio com a presença do Sr. Primeiro-Ministro, representando já uma mais-valia em termos de crescimento da produção cujo reflexo será mais evidente em 2015. A conclusão das II e III fases deste projeto está prevista para finais de 2015.

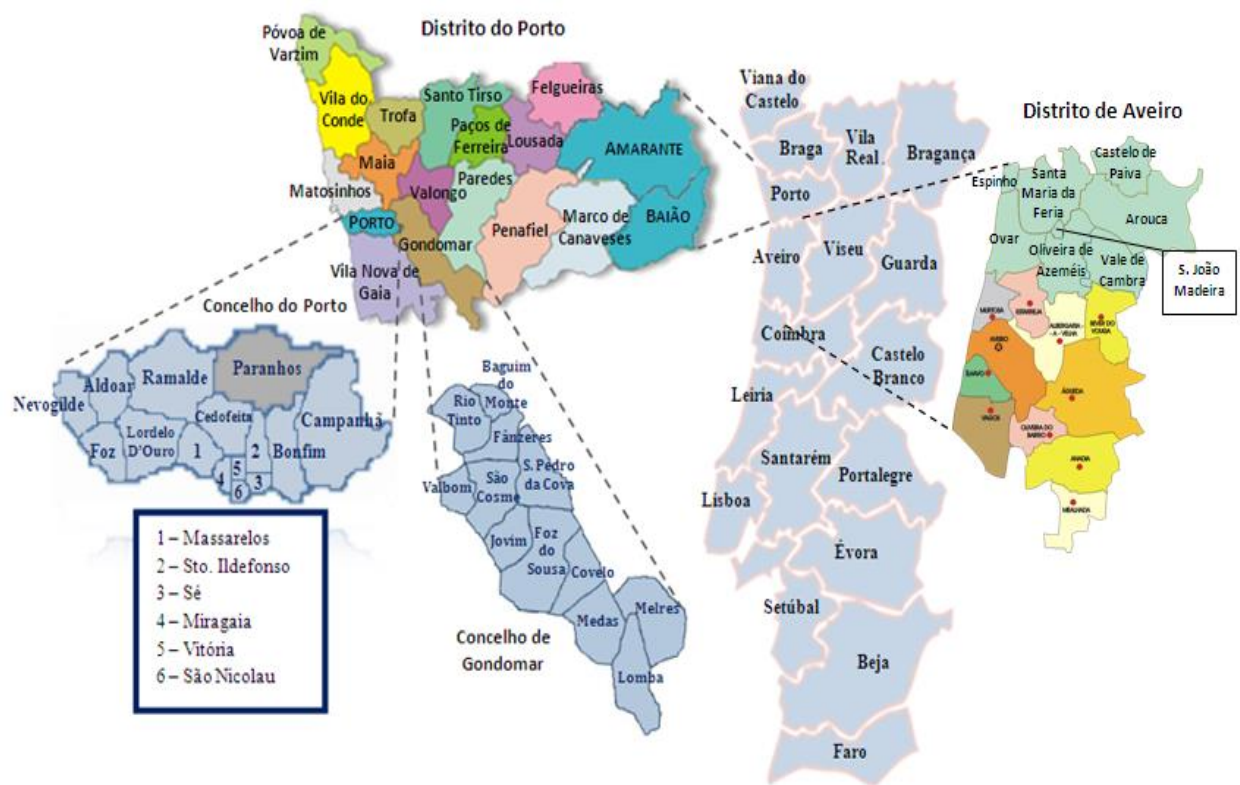
A assunção da Administração do Centro Hospitalar do Porto numa época de grande contenção financeira é um ato de risco calculado. As potencialidades resultantes da união de quatro hospitais com experiências, culturas e vivências diferentes são esperança para a criação de uma nova realidade mais harmónica pela prática de assistência em maior número de especialidades com uma vivência clínica enriquecedora pela diferenciação a que se deve juntar hábitos de consumo e racionalização da despesa mais adequados. A junção destes quatro hospitais antigos, com grandes problemas estruturais, um défice crónico acumulado, põe desafios acrescidas na gestão do curto prazo e imporá soluções inovadoras e de

concentração sob pena de conduzir a uma situação incontrolável de responsabilidades a terceiros.

Este Plano de Actividades previsto para o ano de 2016 conta com a participação activa de todos os profissionais do CHP, através de um comprometimento claro com as políticas e acções que serão levadas a cabo.

2. ENQUADRAMENTO DO CENTRO HOSPITALAR NA REGIÃO

Na sequência do reordenamento da rede Hospitalar na área metropolitana do Porto que visou, entre outros objetivos, a obtenção de ganhos de acessibilidade geográfica dos utentes às Unidades Hospitalares (Internamento, Consulta e Urgência), o CHP está integrado na categoria das unidades muito diferenciadas da NUT III- Grande Porto. Serve de referência não só a outros Hospitais da unidade territorial, mas também aos de outras unidades territoriais da área metropolitana do Porto, bem como de outras unidades territoriais da região norte.



A área de Influência do CHP é constituída por todas as freguesias da cidade, com exceção de Bonfim, Paranhos e Campanhã, e pelo concelho de Gondomar. O CHP é ainda

referência para a população dos distritos de Bragança e Vila Real, dos concelhos de Amarante, Baião e Marco de Canaveses, do distrito do Porto e dos concelhos situados a sul do Douro pertencentes à parte norte dos distritos de Aveiro e Viseu.

A criação da Urgência Pediátrica Integrada do Porto (UPIP), sediada nas instalações do Centro Hospitalar S. João, resultou em áreas de referência pediátricas do CHP diferentes conforme se trate da área cirúrgica ou da área médica. Assim, no que respeita à área cirúrgica, a referência é toda a zona Norte de Portugal, desde que o doente seja atendido pela equipa de urgência do CHP. No caso da pediatria médica, todos os doentes dos ACES de Porto Ocidental e ACES Gondomar referenciam diretamente para o CHP, independentemente da equipa de urgência que os atenda.

A Ginecologia/Obstetrícia tem como área de influência o grande Porto, com exceção das freguesias de Bonfim, Paranhos e Campanhã, e o concelho de Gondomar. A sua área de referência é mais alargada, recebendo doentes dos concelhos limítrofes do Porto e de toda a zona Norte em geral.

A Infeciologia e Pneumologia é área de referência para as freguesias da cidade do Porto, com exceção de Aldoar, Foz do Douro, Lordelo do Ouro, Nevogilde, Paranhos e Ramalde. Por outro lado, é referência para os distritos de Bragança e Vila Real e para os concelhos da parte norte do distrito de Aveiro.

O Centro de Genética Médica Dr. Jacinto Magalhães tem como referência todos os ACES da Região Norte, excetuando os da área de influência do Hospital de Braga (distritos de Braga e de Viana do Castelo), sendo que no caso dos ACES da área de referência do Centro Hospitalar S. João referenciam para o CGM em 2ª linha. Em particular na área laboratorial, o Centro de Genética Médica é referência para todo o país e estrangeiro (em menor escala).

A população coberta pelas unidades do CHP encontra-se no quadro da página seguinte.

População coberta – áreas de Influência e Referência

	HSA	CMIN		HJU	CGM	CHP
		Área Pediátrica ²	Área Ginec./Obst. ¹			
antiga freguesia de Aldoar	10.550	2.293	5.941		12.843	15.136
Bonfim			12.396	20.987	24.265	24.265
Campanhã			15.555	27.405	32.659	32.659
antiga freguesia de Cedofeita	19.297	2.780	11.299	19.297	22.077	24.857
antiga freguesia de Foz do Douro	9.197	1.800	5.219		10.997	12.797
antiga freguesia de Lordelo do Ouro	18.246	4.024	10.349		22.270	26.294
antiga freguesia de Massarelos	5.863	926	3.386	5.863	6.789	7.715
antiga freguesia de Miragaia	1.825	242	1.026	1.825	2.067	2.309
antiga freguesia de Nevogilde	4.058	960	2.310		5.018	5.978
Paranhos			21.997		44.298	44.298
Ramalde	31.267	6.745	17.975		38.012	44.757
antiga freguesia de Santo Ildefonso	7.944	1.085	4.531	7.944	9.029	10.114
antiga freguesia de São Nicolau	1.618	288	951	1.618	1.906	2.194
antiga freguesia de Sé	2.964	496	1.652	2.964	3.460	3.956
antiga freguesia de Vitória	1.667	234	987	1.667	1.901	2.135
Porto Cidade	114.498	21.871	115.574	89.571	237.591	259.462
Marco de Canaveses	41.379	12.071	22.701	41.379	53.450	65.521
Baião	16.525	3.997	9.177	16.525	20.522	24.519
Amarante	44.866	11.398	24.804	44.866	56.264	67.662
Felgueiras			25.121		58.065	58.065
Gondomar	135.930	32.097	74.493	135.930	168.027	200.124
Lousada			20.025		47.387	47.387
Maia			59.296		135.306	135.306
Matosinhos			79.681		175.478	175.478
Paços de Ferreira			23.186		56.340	56.340
Paredes			36.370	66.993	86.854	86.854
Penafiel			30.842	56.261	72.265	72.265
Póvoa de Varzim			28.342		63.408	63.408
Santo Tirso			32.326		71.530	71.530
Trofa			17.130		38.999	38.999
Valongo			41.280	74.826	93.858	93.858
Vila do Conde			34.709		79.533	79.533
Vila Nova de Gaia			134.976	244.806	302.295	302.295
Braga (distrito)			364.897			364.897
Viana do Castelo (distrito)			114.589			114.589
Bragança (distrito)	117.019	19.233	63.344	117.019	136.252	155.485
Vila Real (distrito)	173.303	33.358	95.105	173.303		206.661
Cinfães	16.593				20.427	20.427
Resende	9.195				11.364	11.364
Tabuaço	5.320	1.030			6.350	7.380
São João da Pesqueira	6.503	1.371			7.874	9.245
Armamar	5.234	1.063			6.297	7.360
Tarouca	6.463	1.585			8.048	9.633
Penedono	2.493	459			2.952	3.411
Lamego ¹	10.982	4.727			26.691	31.418
Ovar ³	22.360					22.360
Alijó					11.942	11.942
Boticas					5.750	5.750
Celorico de Basto					20.098	20.098
Chaves					41.243	41.243
Mesão Frio					4.433	4.433
Moimenta da Beira					10.212	10.212
Montalegre					10.537	10.537
Murça					5.952	5.952
Peso da Régua					17.131	17.131
Ribeira de Pena					6.544	6.544
Sabrosa					6.361	6.361
Santa Marta de Penaguião					7.356	7.356
Sernancelhe					5.671	5.671
Valpaços					16.882	16.882
Vila Nova de Foz Côa					7.312	7.312
Vila Pouca de Aguiar					13.187	13.187
Vila Real					51.850	51.850
Arouca				17.992	22.359	22.359
Oliveira de Azeméis				56.289	68.611	68.611
Santa Maria da Feira				111.925	139.312	139.312
São João da Madeira				17.749	21.713	21.713
Vale de Cambra				19.127	22.864	22.864
Espinho				26.608	31.786	31.786
Castelo de Paiva				13.329	16.733	16.733
Total	728.663	144.260	1.447.968	1.324.496	2.609.266	3.428.675

1) População feminina

2) População com idade < 19 anos

3) HSA: metade da população do concelho

Fonte: INE - Censos 2011

Área de Influência
Área de Referência

ESPECIALIDADES/VALÊNCIAS DO CENTRO HOSPITALAR

O Centro Hospitalar do Porto desenvolve a sua atividade nas variadíssimas valências, repartidas pelas linhas de atividade principais, conforme os quadros seguintes:

Na Unidade Hospital de Santo António

Especialidades/Valências	Internamento	Cir. Ambulatório	Hospital Dia	Cons. Externa	Urgência **	Serv. Domiciliário
Anestesiologia				✓	✓	
Área de Decisão Clínica	✓					
Cardiologia	✓		✓	✓	✓	
Cirurgia Geral	✓	✓		✓	✓	
Cirurgia Plástica		✓		✓		
Cirurgia Vascular	✓	✓	✓	✓	✓	
Cuidados Intensivos	✓			✓	✓	
Cuidados Intens. Poliv. 2_UCIP	✓			✓	✓	
Dermatologia	✓	✓	✓	✓		
Doenças Respiratórias				✓		
Doentes Autoimunes				✓		
Dor				✓		
Endocrinologia	✓		✓	✓		
- Endocrinologia - Pé Diabético				✓		
Estomatologia				✓		
Estomatologia/Cir. Max.-Facial	✓	✓		✓	✓ b)	
Fisiatria	✓		✓	✓		
Gastroenterologia	✓		✓	✓	✓	
Ginecologia			✓	✓		
Hematologia			✓			
Hematologia Clínica	✓			✓	✓	
Imunoalergologia				✓		
Imunohemoterapia				✓		
Imunologia Clínica				✓		
Medicina Familiar e S. Ocupacional				✓		
Medicina Interna	✓		✓	✓	✓	
Nefrologia	✓	✓	✓	✓	✓	
- D.P.C.A				✓		
- Transplantes Renais				✓		
Neurocirurgia	✓	✓		✓	✓	
- T.C.E.	✓					
Neurologia	✓		✓	✓	✓	
Nutrição				✓		
Oftalmologia	✓	✓		✓	✓ c)	
Oncologia Médica	✓		✓	✓		
O.R.L.	✓	✓	✓	✓	✓ d)	
Ortopedia	✓	✓	✓	✓	✓	
Psicologia				✓		
Psiquiatria				✓		✓
Sono				✓		
Urologia	✓	✓	✓	✓	✓ d)	
UCI Coronários	✓					
Tratamento Cirúrgico Obesidade	✓			✓		
un. Cuidados Intermédios Médico-Cirúrgica	✓					
Paramiloidose			✓	✓		
Unidade Transplante Hepático - Pancreático	✓			✓		
Consultas de Grupo *				✓		

** Informação das Equipas da Urgência:Clínica Geral das 08:30 às 24h; Neurorradiologia e Patologia Clínica 24h; Radiologia das 8:30 às 24 horas (nos dias úteis), das 13h à 1h ao sábado e das 13h às 20h ao Domingo. b) 24h prevenção ; c) Dos dias 16 ao dia 31 das 08h30 às 20h00, do dia 1 a 15 de cada mês cada mês 24h (Concentração regional de recursos); d) Das 8h 30 às 20:30 horas.

*Referem-se às seguintes consultas de grupo: Grupo de Raynaud, Grupo Educação DM2, Grupo Hematologia, Grupo Medicina Sexual, Grupo ORL, Grupo Patologia Mamária, Grupo Urologia, Desabitação Tabágica, Hematologia Grupo Linfomas Cutâneos, Oncologia Grupo Não Digestivo, Oncologia Grupo Digestivo, Endocrinologia Grupo Cancro Tiroide, Endocrinologia Grupo Hipófise, Endocrinologia Grupo Tiroide, Multidisciplinar de tratamento de diabetes tipo 1 por bombas , Multidisciplinar obesidade, Grupo Imunologia Clínica/Doenças Autoimunes, Grupo Imunologia Clínica/Imunodeficiência).

No Centro Materno-Infantil do Norte

Área Ginecologia/Obstetrícia

Especialidades/Valências	Internamento	Cir. Ambulatório	Cons. Externa	Urgência
Alto Risco			✓	
Anestesiologia			✓	
Diagnóstico Pré-Natal			✓	
Espaço Jovem			✓	
Ginecologia	✓	✓	✓	✓
Mama	✓	✓	✓	
Ginecologia Oncológica	✓	✓	✓	✓
Medicina de Reprodução		✓	✓	
Obstetrícia b)	✓	✓ a)	✓	✓
Patologia Colo		✓	✓	
Planeamento Familiar		✓	✓	
Menopausa			✓	
Psicologia			✓	
Uro-Ginecologia	✓	✓	✓	

Notas:

a) Cirurgia do Ambulatório no âmbito da Interrupção Gravidez por Opção

b) Inclui DPN

Área Pediátrica

Especialidades/Valências	Internamento	Cir. Ambulatório	Hospital Dia	Cons. Externa
Anestesiologia				✓
Atendimento Pediátrico Referenciado				✓
Cardiologia Pediátrica				✓
Cirurgia Pediátrica	✓	✓	✓	✓
Cirurgia Plástica Pediátrica	✓	✓		✓
Endocrinologia Pediátrica			✓	✓
Estomatologia Pediátrica	✓	✓		✓
Med. Física de Reab. Pediátrica			✓	✓
Gastroenterologia Pediátrica a)	✓		✓	✓
Hematologia Pediátrica	✓		✓	✓
Hepatologia Pediátrica				✓
Infecciologia/Imunodeficiência			✓	✓
Imunoalergologia Pediátrica			✓	✓
Nefrologia Pediátrica b)	✓		✓	✓
Neurocirurgia Pediátrica	✓			✓
Neurologia Pediátrica c)	✓		✓	✓
Nutrição				✓
Oftalmologia Pediátrica	✓	✓		✓
ORL Pediátrica	✓	✓	✓	✓
Ortopedia Pediátrica	✓			✓
Pediatria Médica d)	✓		✓	✓
Pedopsiquiatria	✓		✓	✓
Psicologia				✓
Cuidados Intensivos Pediátricos	✓			✓
Neonatologia - Cuidados Normais (Berçário)	✓			✓
Neonatologia - UCI	✓			✓
Neonatologia	✓			✓
Urologia Pediátrica	✓	✓		✓

a) Obesidade Mórbida ;

b) Diálise peronal; Hemodiálise; Transplante Renal; Espinha bífida;

c) Epilepsia, Cefaleia, Doenças Neuromusculares, Doenças do Movimento;

d) Desenvolvimento; Doenças metabólicas; Doenças Neuromusculares; Pneumologia; Imunologia; Genética; Fibrose Quística;

Na Unidade Joaquim Urbano

Especialidades/Valências	Internamento	Cir. Ambulatório	Hospital Dia	Cons. Externa	Serv. Domiciliário
Estomatologia				✓ a)	
Infecciologia	✓		✓	✓ b)	✓
Nutrição				✓	
Pneumologia	✓		✓	✓ c)	
Psicologia				✓	
Psiquiatria				✓	

a) Consulta não aberta ao exterior (Consulta para doentes com patologia HIV seguidos no Hospital)

b) Infecciologia Geral, Consulta do Viajante, Antirábico, Hepatite C, Hepatite B, SAP

c) Pneumologia Geral, Reabilitação Respiratória, Anti-Tabágica, SAP

Na Unidade Centro de Genética Médica Dr. Jacinto Magalhães

Especialidades/Valências	Cons. Externa
Genética Médica	✓
Pré-Natal	✓
Nutrição	✓
Psicologia	✓

O Ministério da Saúde reconheceu oficialmente diversas entidades prestadoras de cuidados de saúde como Centro de Referência, de acordo com o despacho n.º 3653/2016 de 11 de Março. Saliente-se que o CHP, em paralelo com o Centro Hospitalar S. João, foi o hospital com maior número de centros de referência reconhecidos.

CH Porto- Centro de Referência Nacional
Doenças Hereditárias do Metabolismo
Epilepsia Refratária
Cancro do Testículo (parceria IPO Porto)
Sarcomas das Partes Moles e Ósseas (colaboração IPO Lx)
Cancro do Recto
Cancro Hepatobilio-Pancreático
Transplante Rim Adultos
Transplante Hepático
Transplantação Renal Pediátrica
Paramiloidose Familiar
Tranplante Pâncreas

DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS UNIDADES HOSPITALARES NA ÁREA DE REFERÊNCIA CHP

	Empresarializados	Hospitais Privados
CENTRO HOSPITALAR DO PORTO Unidades ↓ Hospital de Santo António Maternidade Júlio Dinis/Centro Materno-Infantil do Norte Hospital Joaquim Urbano Centro Genética Média Dr. Jacinto Magalhães	CH de São João IPO-FG Porto Hospital Pedro Hispano CH de Vila Real / Peso da Régua CH do Tâmega e Sousa CH de Vila Nova Gaia / Espinho Hospital Magalhães Lemos Hospital de Braga CH Póvoa de Varzim / Vila do Conde Hospital Santa Maria Maior - Barcelos CH Entre Douro e Vouga CH Alto Ave CH Médio Ave CH Nordeste CH Trás-os-Montes e Alto Douro	Hospital da Prelada Hospital da Arrábida Hospital Stª Maria Hospital Luisadas Porto Hospital do Carmo Hospital da Ordem da Trindade Hospital do Terço Hospital da Lapa Clipóvoa Hospital de Alfena Hospital CUF Porto Hospital Boa Nova Hospital da Trofa Hospital Privado de Braga Hospital Privado de Gaia

DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO EM 2015

Desempenho Económico e Execução Orçamental

	Realizado 2013	Realizado 2014	Realizado 2015	Variação 15/14	Orçamentado 2015	Desvios Orçamentais
Consumos	103.010.940	104.505.616	113.194.812	8,3%	108.659.174	4,2%
Fornecimentos e Serviços Externos	26.477.025	27.043.504	28.296.549	4,6%	26.340.387	7,4%
Custos C/ Pessoal	119.649.973	122.483.045	121.107.031	-1,1%	121.971.451	-0,7%
Outros Custos	7.292.198	9.514.714	6.430.599	-32,4%	8.359.186	-23,1%
Total de Custos	256.430.136	263.546.879	269.028.991	2,1%	265.330.198	1,4%
Prestações de Serviços	229.846.173	254.190.066	249.898.566	-1,7%	249.009.279	0,4%
Outros Proveitos	20.048.588	10.022.267	13.527.896	35,0%	9.327.242	45,0%
Total de Proveitos	249.894.761	264.212.333	263.426.462	-0,3%	258.336.521	2,0%
Resultado Operacional	-10.543.242	92.279	-5.923.294	-6518,9%	-6.995.677	-15,3%
Resultado Líquido Antes Impostos	-6.535.375	665.455	-5.602.529	-941,9%	-6.993.677	-19,9%
EBITDA	-4.803.964	7.157.411	-363.716	-105,1%	1.153.462	-131,5%

O exercício de 2015 apresentou um resultado líquido negativo de 5,6M€, agravado em quase 5M€ face ao resultado obtido em 2014 (que havia sido positivo em 0,7M€), mas ainda assim melhor em cerca de 1M€ face ao resultado gerado em 2013.

O EBTIDA, que ascendeu a cerca de 7,2M€ positivos em 2014, atingiu em 2015 um valor de aproximadamente 0,4M€ negativos.

Tais resultados derivam de um crescimento dos custos mais que proporcional ao crescimento dos proveitos.

O total de custos aumentou 2,1%, para o qual contribuiu o aumento de consumos de 8,3% e dos fornecimentos e serviços externos de 4,6%, já que os custos com pessoal reduziram 1,1% e os restantes custos reduziram 32,4% (por força de redução dos outros custos operacionais e da redução das provisões).

No que respeita aos consumos, o aumento foi motivado pelos custos incorridos com medicamentos, que cresceram 11,4%, influenciado essencialmente pelo crescimento dos encargos com a cedência de medicação a doentes com Hepatite C. Note-se que, uma vez expurgado o efeito dos medicamentos para tratamento desta patologia abrangidos pelo protocolo e com reembolso pela Tutela do custo, o crescimento nos medicamentos seria atenuado para 7,5% e, se excluirmos ainda outros novos medicamentos não financiados utilizados nesta patologia, o crescimento seria atenuado para 6,4%. A influenciar o consumo encontram-se ainda novas adesões terapêuticas, nomeadamente na área de oncologia, doenças metabólicas, hipertensão pulmonar e HIV.

O material de consumo clínico apresentou um aumento de 3,3%, com especial destaque para o crescimento do material de prótese e de tratamento.

As restantes rubricas de consumo, à exceção dos reagentes e outros produtos farmacêuticos, que diminui 1,4%, e do material de manutenção e conservação, que diminui 10,4%, apresentam aumentos em valor absoluto pouco significativos.

Os valores dos consumos face ao orçamento apresentam um desvio desfavorável de 4,2%. Note-se que, em termos previsionais não foram refletidos os encargos decorrentes da nova terapêutica para a Hepatite C, nem das novas adesões terapêuticas referidas acima.

As rubricas de fornecimentos e serviços externos apresentam no global um aumento de 4,6% face a igual período do ano anterior, para o qual contribuiu o aumento das rubricas de

subcontratos, nomeadamente decorrente da aquisição de meios de diagnóstico, a assistência médica no estrangeiro e a produção realizada no exterior no âmbito da atividade adicional-SIGIC. Quando comparado com os valores contratualizados, o desvio no total de fornecimentos e serviços externos é igualmente desfavorável em 7,4%.

Há a salientar o desvio favorável de 1,1% no total de custos com pessoal, apesar do aumento decorrente da aplicação, em 2015, de 80% da redução remuneratória prevista na Lei do OE para 2014 e do reconhecimento do custo das férias, subsídio de férias e encargos decorrentes da reposição salarial em 2016.

Na redução de custos com pessoal há ainda a realçar a redução de 1,3% nos suplementos de remuneração - para o qual contribui a redução de 4,5% no trabalho extraordinário e de 34,4% no custo com atividade adicional -, do custo com pensões para sensivelmente metade dos valores de 2014, dos encargos sobre remunerações em 5,4% e dos outros custos com pessoal em 12,6%.

Quando comparado com os valores do orçamento, esta rubrica regista um decréscimo de 0,7% (-0,9% nos ordenados base e subsídios de férias e natal, -3,6% nos suplementos remuneratórios e aumento de 1,8% no total das restantes rubricas de pessoal).

O valor dos proveitos reflete, neste período, uma redução de 0,3% face ao período homólogo e um aumento de 2% face aos valores orçados. Relativamente à redução dos proveitos decorrentes do Contrato Programa, em 1,8%, há por um lado, a salientar a redução dos preços de internamento em 10,6% e por outro, o registo em 2014, dos proveitos associados às verbas de convergência relativas ao reequilíbrio financeiro e à cobertura dos custos com pessoal (decorrente das decisões dos acórdãos do Tribunal Constitucional desse ano) num total de 15,6M€, muito embora o ano 2015 também registe um valor de 4,25M€ de convergência para regularização de dívida (valor este que não foi tido em consideração no orçamento económico).

Os valores registados nas rubricas 761 - outras prestações de serviços refletem o proveito relativo à nova terapêutica para a Hepatite C de 4,4M€, mas cujo valor à semelhança do custo não foi refletido em termos orçamentais.

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços a entidades que não as abrangidas pelo Contrato Programa, bem como os decorrentes das taxas moderadoras cobradas aos

utentes, registaram desvios negativos de 1,7% face ao ano anterior e um desvio positivo de 0,4% face ao Orçamento.

Os restantes proveitos reduzem 80,9% nos proveitos financeiros e 13,4% nos proveitos extraordinários.

Situação Económico-Financeira

Em 31.12.2015, o Centro Hospitalar do Porto apresenta ativos no montante de 208.282.989€, os seus fundos próprios representam apenas 1.270.186€ e as responsabilidades para com terceiros ascendem a 207.012.804€.

O quadro abaixo evidencia, de forma agregada, a estrutura dos balanços de 2014 e 2015, bem como, as alterações patrimoniais ocorridas durante o exercício.

Em Euros			
Rubricas	31-12-2015	31-12-2014	Var 14/15
Imobilizado líquido	96.191.551	84.766.637	13,5%
Ativo circulante	54.906.108	37.472.304	46,5%
Acréscimos e diferimentos	57.184.361	65.320.433	-12,5%
Total Ativo	208.282.989	187.559.375	11,0%
Fundos Próprios	1.270.186	4.853.966	
Provisões para riscos e encargos	2.689.605	2.471.060	8,8%
Dívidas a terceiros CP	162.636.835	138.148.025	17,7%
Acréscimos e diferimentos	41.686.363	42.086.323	-1,0%
Total Passivo	207.012.804	182.705.408	13,3%
Total Fundos Próprios e Passivo	208.282.989	187.559.375	11,0%

O acréscimo de 11% registado no ativo, resultou do efeito conjugado das seguintes variações: aumento significativo do valor do imobilizado líquido relacionado com as obras da segunda e terceira fases de construção do Centro Materno Infantil do Norte; crescimento das dívidas de terceiros relativas, essencialmente, a créditos sobre Instituições do Ministério da Saúde; variação positiva das existências em consequência da contabilização dos medicamentos adquiridos para tratamento de doentes com Hepatite C; e, diminuição dos acréscimos de proveitos relativos a serviços prestados a utentes do SNS, no âmbito dos contratos programa, cuja faturação não se encontra emitida por falta de definição das respetivas regras e procedimentos.

No que respeita aos fundos próprios, não obstante a dotação de capital estatutário ocorrida em 2015, no montante de 2M€, registaram uma variação negativa de cerca de 3,6M€, devido ao resultado líquido negativo obtido no exercício.

O aumento do passivo reflete, essencialmente, o acréscimo registado no montante das dívidas a fornecedores.

Refira-se, no entanto, que o passivo inclui 65M€ relativos a adiantamentos recebidos por conta dos contratos programa que se encontram por encerrar, em virtude de existir faturação por validar pela ACSS ou por emitir pelo CHP e reconhecida contabilisticamente no ativo, em acréscimos de proveitos, conforme já referido.

Os indicadores a seguir apresentados permitem avaliar a natureza do impacto originado na solidez financeira do CHP, pelas variações patrimoniais descritas.

Indicadores	2015	2014
Autonomia Financeira	1%	3%
Endividamento	99%	97%
Solvabilidade	1%	3%
Liquidez geral	0,34	0,27
Liquidez reduzida	0,25	0,20

Em 31.12.2015, o grau de autonomia financeira é de apenas 1%, denotando uma excessiva exposição a capitais alheios, uma vez que 99% dos ativos da Instituição estão a ser financiados por passivo de curto prazo.

Importa salientar, no entanto, que o acerto de contas dos contratos programa em aberto, através da regularização dos adiantamentos recebidos da ACSS por contrapartida dos acréscimos de proveitos registados e de faturação já emitida mas não validada, bem como a inclusão dos subsídios de investimento nos fundos próprios, conforme determina o Sistema de Normalização Contabilística, provocariam alterações na estrutura do balanço com impacto significativo no grau de autonomia financeira que passaria de 1% para 18%.

Acresce, ainda, o efeito negativo, neste indicador, provocado pelo aumento dos stocks e correspondente dívida a fornecedores, em resultado da introdução, neste ano, dos medicamentos para tratamento de doentes com Hepatite C.

Ainda assim, a debilidade financeira apresentada é preocupante e decorre nomeadamente da degradação progressiva dos fundos próprios em consequência dos resultados líquidos negativos acumulados ao longo de vários anos.

As alterações registadas na estrutura financeira da Instituição têm reduzido significativamente a sua capacidade para solver os compromissos de curto prazo. O impacto negativo desta situação no endividamento aos fornecedores, tem vindo a ser agravado, ainda, pela utilização dos fluxos gerados pelas atividades operacionais no financiamento de atividades de investimento, das quais se destaca a construção do Centro Materno Infantil do Norte, que em 2015 representou cerca de 11,8M€.

Apesar dos constrangimentos financeiros descritos, o CHP conseguiu reduzir o prazo médio de pagamento a fornecedores, que passou de 200 dias em 2014 para 195 dias em 2015, não sendo, no entanto, suficiente para dar cumprimento à Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, que determina a redução anual deste indicador, entre 15% e 25%.

Neste contexto, cumpre ao Conselho de Administração informar a Tutela, na qualidade de acionista, de que o Centro Hospitalar do Porto se enquadra no âmbito do art.º 35.º do Código das Sociedades Comerciais, por se encontrar numa situação em que mais de metade do seu capital estatutário se encontra perdido, e solicitar que sejam tomadas as medidas julgadas convenientes de entre as previstas no ponto 3 do artigo supra referido.

3. ACTIVIDADES PREVISTAS E RECURSOS

DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO E ACTIVIDADE PARA 2016

Objetivos e linhas estratégicas

O Centro Hospitalar do Porto (CHP) herdeiro da tradição assistencial e mutualista da cidade do Porto, mercê da concentração iniciada a partir de Outubro de 2007, viu juntar-se quatro hospitais em que o mais novo tinha mais de oitenta anos, a Maternidade Júlio Diniz, e o mais velho com duzentos e dezassete, o Hospital de Santo António. E se a situação económica era equilibrada neste, naqueles era profundamente desequilibrada, com unidades vetustas, com excesso de pessoal, tecnologicamente paradas no tempo e com hábitos de trabalho antiquados. Assim da integração das quatro unidades resultaram défices de grande dimensão que consumiram o capital social, embora a situação tenha vindo a melhorar progressivamente até ao EBITDA positivo em 2014 de 7,2M€ e próximo de zero em 2015. Houve integração real de serviços horizontais (Pessoal, Informática, Instalações e Equipamentos, Aprovisionamento, Financeiros, etc.), foi possível encerrar uma das unidades, o Hospital de Crianças Rainha D. Maria Pia, está planeado o encerramento do Hospital Joaquim Urbano em Março de 2016, houve redução de 10% no pessoal de 2008 para 2014, redução esta que se manteve em 2015, pela não substituição de aposentados, apesar da inclusão de 55 funcionários do Instituto de Genética verificada em 2013. Simultaneamente foi feita a integração dos Serviços Clínicos, em duplicado ou em triplicado nas estruturas anteriores, tais como a Obstetrícia, a Ginecologia, a Neonatologia, a Pediatria e os serviços Laboratoriais.

Embora a área de referência indireta do Centro Hospitalar do Porto (CHP) seja semelhante às outras grandes unidades da zona Norte tem uma área de referência direta muito pequena para o estágio de desenvolvimento que apresenta, com cerca de 260.000 habitantes, menos 100.000 que os outros hospitais de maior dimensão.

A abertura do Centro Materno Infantil do Norte deveria condicionar a oferta de cuidados de Saúde nesta área, o que não está programado, correndo-se o risco de fazer mais um “elefante branco” e de constituir uma dificuldade adicional na gestão do Centro Hospitalar.

Era importante rever a oferta particularmente com o Centro Hospitalar S. João já que dificilmente será justificável construir o “Joãozinho”.

O encerramento do Hospital Joaquim Urbano vai permitir colocar no Hospital de Santo António os quartos com pressão negativa da zona Norte e destinados fundamentalmente aos doentes com tuberculose multirresistente, concentrando também toda a Infeciologia, particularmente o VIH e a Hepatite C, criando a grande unidade de doenças infecciosas da Zona Norte.

A Maternidade Júlio Dinis é já a maior da Região Norte com maior casuística em Gravidez de Risco e de Recém Nascidos de baixo peso. Importa por isso reforçar esta vertente com criação de uma grande unidade especializada deslocando para o CMIN estes grupos de patologias particularmente do Sul do rio Douro.

Importa por fim reforçar os laços com a Universidade, particularmente com o ICBAS, melhorando a vertente formação pré e pós-graduada e investido na investigação clínica. A instalação do Centro de Simulação e do Centro Académico de Investigação foi passo importante nessa estratégia de desenvolvimento.

A qualidade e Segurança são dois vetores nucleares no desenvolvimento de uma grande instituição de saúde. É por isso importante manter os programas de qualidade já estabelecidos, estende-los às outras unidades, garantido uma qualidade organizacional e clínica uniforme. Deverão manter-se os programas de registo de incidentes e as auditorias focalizadas de forma a reforçar os padrões já atingidos.

A projeção do futuro representa a certeza da sobrevivência da instituição. O desenvolvimento num único local de toda a atividade ambulatoria é o pressuposto inicial para a construção de um novo edifício de consultas. A inclusão de um parceiro privado na área da Radioterapia garantirá o financiamento dessa construção. A retirada de consulta externa no Hospital de Santo António criará espaços que permitirão alargar o Serviço de Urgência desenvolvendo a atividade com melhor qualidade para utentes e profissionais.

Assim, o CHP tem como orientação estratégica: concentrar, diferenciar a oferta, melhorar a formação, oferecer serviços à comunidade, apostar na qualidade são estes, quanto a nós, os vetores fundamentais para uma atuação de futuro.

LINHAS ESTRATÉGICAS DE DESENVOLVIMENTO

1. Reforma Hospitalar

- Ajustamento das camas de agudos – tem sido uma preocupação constante do CHP. O CMIN tinha como lotação inicial trezentas camas. Em função do movimento esta lotação foi já ajustada para cento e oitenta e cinco camas;
- Ajustamento dos recursos humanos – o Centro Hospitalar do Porto (CHP) reduziu em 10% o pessoal entre 2008 e 2014, redução esta que manteve em 2015. Torna-se muito difícil reduzir significativamente os colaboradores quando todos os anos há aumento do número de Internos em formação que passaram de 35 para 65 de 2007 para 2013, ou seja, representou um aumento de recursos humanos na ordem dos cento e cinquenta.
- Sistemas de Informação – O programa “Business Intelligence” está já em pleno funcionamento e permite que os Serviços e Departamentos conheçam com um atraso de 24 horas a produção efetuada comparada com o ano anterior e com o contrato. O referido programa terá o âmbito alargado para o consumo durante o ano de 2016. Iremos manter os sistemas já em funcionamento e utilizar os propostos pela SPMS.
- Qualidade - Em 2015 tivemos já re-Acreditação pelo CHKS. Iremos estender a Acreditação ao Centro Materno-Infantil (CMIN) continuando o processo iniciado em 2015.
- Modelo de Governação – O plano para estes dois anos será reforçar a Gestão dos Diretores de Serviço com o controlo do Diretor de Departamento. Autonomizar mais a gestão do CMIN e o Serviço de Nefrologia com a negociação de um orçamento virtual em 2016.

2. Desenvolvimento da Área Materno-Infantil

- Concentrar no CMIN a gravidez de risco do Norte do País – A Gravidez de Risco representa já mais de metade dos partos da Maternidade Júlio Dinis. É o 2º Serviço Nacional com maior experiência nesta Área do conhecimento e com ótimos resultados. Será por isso vantajoso para a Região juntar a maioria dos casos numa única instituição.
- Concentrar no CMIN a Prematuridade e o Baixo Peso Neonatal.
- Desenvolvimento da Cirurgia Neonatal. Resulta da decisão anterior.

- Criação do Centro de Desenvolvimento da Criança em parceria com IPSS especializada na área.
- Concentração de toda a patologia rara, médica e cirúrgica, no CMIN.
- Centrar no CMIN o transporte inter-hospitalar pediátrico no CMIN.
- Concentrar no CMIN o transplante renal pediátrico.
- Protocolo de colaboração entre o CMIN com a unidade de cuidados paliativos pediátricos Castelo.

3. Integração com a Medicina Geral e Familiar

- Reforço das ligações informáticas ACES-CHP.
- Realizar no CHP a maioria das análises de rotina dos ACES da nossa área.
- Realizar até 30% dos exames de Cardiologia e Gastreenterologia dos ACES da nossa área.
- Realizar 10% dos exames da área da Radiologia e da Neurorradiologia.
- Criação de equipas de Gestão da Doença Crónica em colaboração com os ACES.

4. Definir novas áreas de negócio

- Estabelecer parceria com prestador privado na área da Radioterapia de forma a retermos os doentes que necessitam desta técnica.
- Estabelecer parceria com a Mútua de Terrassa no sentido de comercializar batas e campos cirúrgicos impermeáveis e esterilizáveis.
- Parceria com o SUCH para a lavagem e esterilização do material referido acima.
- Criação de um Serviço de Saúde Mental, dando desenvolvimento à unidade de Psiquiatria de Ligação e reforçando os laços com a vertente comunitária da Psiquiatria.
- Criação de uma Unidade de Internacionalização da atividade clínica particularmente a cirúrgica.
- Desenvolvimento do Centro de Cirurgia Cardíaca.

5. Desenvolvimento da Qualidade Assistencial

- Estender a Acreditação a todo o CHP.
- Desenvolver uma metodologia Lean no Centro de Endoscopia Digestiva.
- Monitorizar continuamente um conjunto de indicadores de qualidade.

- Reforçar a Ambulatorização de cuidados.

6. Reforço do Ensino, Formação e Investigação

- Desenvolvimento de uma Unidade de Cirurgia Experimental em parceria com o Curso de Veterinária do ICBAS.
- Criar uma área de incubação de empresas, em parceria com o ICBAS, de forma a reforçar a área de translação em Ciências da Saúde.

7. Sustentabilidade Económica e Financeira

- Encerramento das instalações do Hospital Joaquim Urbano (HJU) com transferência da atividade para o Hospital de Santo António.
- Encerramento das instalações do Centro de Genética Jacinto de Magalhães. Integração dos Laboratórios na Patologia Clínica e da Genética Clínica no Centro Materno Infantil.
- Venda dos terrenos do HJU e do edifício do Centro de Genética.
- Concentrar os Serviços da Patologia Laboratorial.
- Concentrar as salas cirúrgicas do HSA no Bloco Central.
- Garantir o reaproveitamento e esterilização de todo o material descartável passível de o fazer garantindo a redução de custos.
- Aprofundar as medidas de racionalização do consumo de fármacos, dispositivos médicos e de MCDT.
- Criar um Quadro de Pessoal e otimizar a gestão do mesmo.

8. Preparar o Futuro

- Construir um novo edifício de consultas no ex-CICAP concentrando todo o ambulatório num único local.
- Construir um parque de estacionamento com 400 lugares junto ao novo edifício de consultas.
- Criar um Serviço de Radioterapia em parceria com um prestador privado no novo edifício de consultas.

- Criar uma nova área de alunos no Hospital de Santo António na zona da atual Oftalmologia e aonde foram as instalações da antiga Faculdade de Medicina.
- Com a concentração das salas cirúrgicas criar uma sala com condições para adquirir um equipamento de Cirurgia Robótica.

Evolução Operacional para 2016

O Centro Hospitalar do Porto, enquanto entidade abrangida pelo perímetro do Orçamento de Estado desde 2015, elaborou o seu Orçamento em Dezembro de 2015 nos termos das orientações da Circular nº 1379 da Direção Geral do Orçamento de 18 de Dezembro, bem como através do Ofício Circular nº 13709/2015/DFI/UOC/ACSS recebido a 28 de Dezembro de 2015 onde foi estabelecido o *plafond* do CHP a receber como forma de adiantamento do Contrato Programa de 2016, bem como outros pressupostos orçamentais transmitidos e tidos em conta na elaboração do Orçamento de 2016.

Não obstante o conhecimento tardio das orientações da tutela, emanadas através do referido referencial da contratualização de 2016, o CHP definiu metas de produção em sede de contratualização interna com os Serviços/Departamentos, o que lhe permitiria assegurar um valor próximo ao do Contrato Programa de 2015, bem como outras metas que permitam prosseguir uma trajetória de sustentabilidade, não descurando dos padrões de garantia da qualidade assistencial e de acesso, de modo a responder às necessidades de cuidados de saúde dos Cidadãos.

Assim, foram definidos através dos indicadores da contratualização interna, os principais objetivos:

- Redução, em 5%, do valor do consumo dos Produtos Farmacêuticos, Material de Consumo Clínico e de racionalização dos meios de diagnóstico (requisitados internamente e externamente), através de medidas que passam, por exemplo pela racionalização da prescrição de MCDT's repetidos e pela observância de consumos medicamentos com efeitos terapêuticos equivalentes com impactos económicos consideráveis;

- Taxas de ambulatorização superiores às historicamente verificadas, potenciando ao máximo a capacidade instalada de que dispomos nesta área;
- Redução das taxas de reinternamento;
- Melhoria no acesso, através do aumento de primeiras consultas e do cumprimento integral dos tempos de espera de consulta e cirurgia definidos por lei;
- Melhoria da qualidade do registo clínico e administrativo, de modo ao melhor aferimento da nossa casuística com impacto futuro, por via de atualização do ICM, como fator de ajustamento dos preços de internamento e ambulatório médico e cirúrgico do Contrato Programa;

No desconhecimento da Metodologia do Contrato Programa de 2016 em finais de 2015, data do arranque do processo de contratualização interna para 2016, mais concretamente dos indicadores e metas a serem negociadas com a tutela, a contratualização interna assentou num pressuposto de evolução positiva face ao melhor dos valores registados no biénio 2014-2015 (por cada serviço) e em linha com as diretrizes que vinham sendo estabelecidas em Metodologias anteriores.

Posteriormente, conhecido o referencial metodológico verificou-se que o mesmo se encontra enquadrado na generalidade com as diretrizes emanadas pelo Conselho de Administração.

Há a realçar, como principais alterações, face a Contratos Programa anteriores, o seguinte:

- ✓ Aumento do nº e abrangência de indicadores associados à atribuição de Incentivos, tais como: Introdução de um indicador relacionado com a atividade do serviço de Urgência; Utilização de indicadores específicos do APR (índice Demora Média Ajustada por severidade e índice de Mortalidade Ajustada por Risco de Mortalidade); Redefinição dos indicadores de cirurgia de ambulatório; Introdução de um índice relacionado com a área de gestão do risco e da segurança do doente, em paralelo com o desenvolvimento de outro índice de controlo de infeção hospitalar.

- ✓ Alterações de penalizações associadas ao Contrato Programa, tais como: Cumprimento dos programas de promoção e adequação do acesso; reporte e publicação de Informação; Registo, consulta, partilha de informação e desmaterialização dos processos, nomeadamente a disponibilização e consultas de dados na Plataforma de Dados da Saúde (PDS), as receitas sem papel e registo de utilização da “lista de verificação de atividade cirúrgica” e cobrança efetiva de receita;
- ✓ Criação de modalidade nova de pagamento para implantes cocleares e criação de experiências piloto de telemonitorização (*status* pós enfarte agudo de miocárdio e de insuficiência cardíaca crónica);
- ✓ Alteração da modalidade de pagamento da Urgência;

Há ainda a realçar que, em 2016 mantem-se a versão 30 do Agrupador All Patient DRG (APR30), que entrou em vigor em 2015, que tem em consideração as diferenças existentes nos doentes quanto aos níveis de severidade da doença e ao risco de mortalidade. Apesar deste novo agrupador considerar estes dois itens, o peso relativo de cada GDH considera apenas a severidade, daí que este item tem impacto no cálculo do ICM, sendo as instituições diferenciadas em maior detalhe mediante o nível de severidade com que o doente for classificado. O ICM a aplicar em 2016 mantém-se o mesmo do Contrato Programa de 2015 (calculado com base na produção de 2013). Não havendo atualização do ICM, na ótica do CHP, tal facto pode vir a revelar-se penalizador dado que tem sido encetado todo um esforço na melhoria do registo clínico sem que essa evolução seja refletida como fator de ajustamento de preços do Internamento e Ambulatório.

Os preços da consulta reduzem (3%) e a urgência, apesar de introduzida uma componente fixa e outra variável, também em 2016 apresenta um preço inferior (em 7% - para Urgência Polivalente);

Há majoração de 10% na consulta e de 5% nos GDH de Internamento e de ambulatório da produção dos Centros de Referência. Contudo, atendendo ao facto de a maior parte da produção relativa aos nossos 10 Centros de Referência já estar abrangida por modalidades de pagamento por doente tratado, tal valorização acrescida não apresenta qualquer benefício aparente para o CHP.

O CHP manterá os programas de financiamento por patologia para a esclerose múltipla, hipertensão pulmonar, HIV, programa de tratamento de doentes com Polineuropatia Amiloidótica Familiar em estágio I, sendo neste último um dos dois centros a nível nacional. Continuam a figurar no Contrato Programa as linhas de financiamento para a Procriação Medicamente Assistida, bem como para as doenças lisossomais de sobrecarga. Todos os preços nos programas de saúde referenciados mantêm-se inalterados.

Está ainda previsto, e à semelhança de 2014 e 2015, um financiamento relativo à investigação e desenvolvimento (I&D), mantendo-se este valor para distribuição nacional igual ao de 2015.

De seguida, apresentam-se as projeções da atividade do CHP, tendo em conta o refletido no Contrato Programa 2016, após negociação do mesmo com a ARS Norte.

Linha de Produção	Unidade de medida	Quantidade	
		Total	SNS
Internamento (inclui Berçário)	nº de doentes saídos	34.453	34.042
Consulta externa (consultas médicas)	nº de consultas	688.811	661.670
Hospital de Dia (sem gerar GDH, exclui Infecçiology e Fisiatria)	nº de sessões	23.857	21.700
Cirurgia de Ambulatório	nº de GDH cirúrgicos	14.233	14.206
Ambulatório Médico	nº de GDH médicos	10.962	10.942
Urgência (sem internamento)	nº de urgências	114.985	110.000
Serviço Domiciliário	nº de domicílios	2.300	2.300
Planos de Saúde:			
Diagnóstico Pré-Natal (Protocolos I e II)	nº de protocolos	2.248	
Diagnóstico e Tratamento da Infertilidade	nº de consultas	531	
Diagnóstico e Tratamento da Infertilidade	nº tratamentos	703	
Doentes em Tratamento Ambulatório TARC	nº de doentes	2.780	
Doentes em Tratamento - Esclerose Múltipla	nº de doentes	342	
Doentes em Tratamento - Doenças lisossomais	nº de doentes	18	
Doentes em Tratamento - Hipertensão Pulmonar	nº de doentes	74	
Doentes em Tratamento - Polineuropatia Amiloidótica Familiar	nº de doentes	267	

Em termos de atividade, prevê-se um aumento dos níveis de produção na generalidade das linhas de produção – Internamento 2% (1% médicos, 6% Cirúrgicos Programados, -1% Cirúrgicos

Urgentes, Consulta Externa 3% (10% nas Primeiras Consultas e 1% Subsequentes), 2% no ambulatório cirúrgico, 5% no ambulatório médico, 2% no Hospital dia e 8 % nos Domicílios.

Os valores propostos nas diversas patologias para 2015 acomodam o incremento de novos doentes.

Seguidamente apresenta-se um quadro com os indicadores do Contrato-Programa para 2016:

Áreas	Ponderação	Indicadores CP	Meta
Objetivos Nacionais (60%)			
A. Acesso (15%)	2%	A.1 Percentagem de primeiras consultas médicas no total de consultas médicas	27,0%
	2%	A.2 Peso das consultas externas com registo de alta no total das consultas externas	15,0%
		A.3 Cumprimento dos tempos de resposta e triagem	
	3%	A.3.1 Percentagem dos utentes referenciados dos cuidados de saúde primários para consulta externa atendidos em tempo adequado	85,0%
	2%	A.3.2 Percentagem de doentes cirúrgicos (neoplasias malignas) inscritos em LIC com tempo de espera <= TMRG	97,0%
	2%	A.3.3 Mediana do tempo de Espera da LIC, em meses	2,3
	2%	A.3.4 Percentagem de episódios de urgência atendidos dentro do tempo de espera previsto no protocolo de triagem;	60,0%
	2%	A.3.5 Permilagem de Doentes Sinalizados para a RNCCI, em tempo adequado, no total de doentes tratados	190,00%
B. Desempenho assistencial (25%)	2%	B.1 Percentagem de reinternamentos em 30 dias, na mesma categoria de diagnóstico;	4,59%
	2%	B.2 Percentagem de doentes saídos com duração de internamento acima do limiar máximo	1,30%
	2%	B.3 Percentagem de cirurgias da anca efetuadas nas primeiras 48 horas	81,00%
	2%	B.4 Percentagem de cirurgias realizadas em ambulatório no total das cirurgias programadas (GDH) - para procedimentos ambulatorizáveis	80,0%
	2%	B.5 Percentagem de cirurgias realizadas em ambulatório - para procedimentos tendencialmente ambulatorizáveis	15,0%
	3%	B.6 Índice de demora média ajustada	0,9000
	3%	B.7 Índice de mortalidade ajustada	0,9900
	6%	B.8 Índice de risco e Segurança do Doente	8,0000
	3%	B.9 Percentagem de embalagens de medicamentos genéricos prescritos, no total de embalagens de medicamentos prescritos	53,0%
C. Desempenho económico-financeiro (20%)	5%	C.1 Percentagem de custos com Horas Extraordinárias, Suplementos e Fornecimentos e Serviços Externos III (selecionados) no total dos Custos com Pessoal	12,8%
	5%	C.2 EBITDA	255.410,06 €
	5%	C.3 Acréscimo de dívida vencida (fornecedores externos)	0,00 €
	5%	C.4 Percentagem de proveitos operacionais extra Contrato-Programa no total de proveitos operacionais	10,0%
Objetivos da Região (40%)			
D. Objetivos Regionais (40%)	6%	D.1 Taxa de Referência para a RNCCI (%)	5,90%
	6%	D.2 Redução do tempo de espera para triagem média da consulta externa	8,9
	5,5%	D.3 Garantir o início do tratamento da Retinopatia Diabética em 30 dias (%)	1,00
	5,5%	D.4 Implementação das Equipas intra-hospitalares de cuidados paliativos	100,00
	6%	D.5 Prevenção e Controlo da Infecção e de Resistências ao Antimicrobianos	100,00
	5,5%	D.6 Via Verde AVC - % de casos com diagnóstico principal de AVC Isquémico (%)	13,00%
	5,5%	D.7 Rácio Consultas Médicas / Urgências (%)	5,50%

Os objetivos institucionais comuns representam 60% e os restantes 40% serão objetivos institucionais a definidos pela ARS - Norte. Dos 60% dos objetivos institucionais comuns: 15% referem-se a objetivos de acesso, 25% a desempenho assistencial e 20% a objetivos económico-financeiros.

Plano de Recursos Humanos

Anexo II.A

Evolução dos movimentos de pessoal

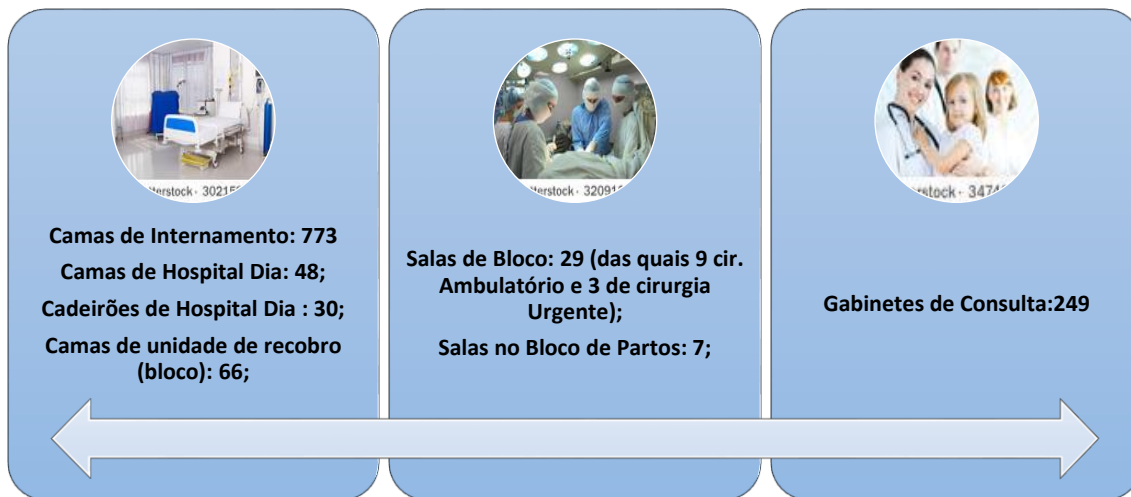
Entidade Centro Hospitalar do Porto

Movimentos	Ocorridos entre 01/01/2014 e 31/12/2014	Ocorridos entre 01/01/2015 e 31/12/2015	Previstos entre 01/01/2016 e 31/12/2016
	1 de janeiro:	1 de janeiro:	1 de janeiro:
(1) Início do período:	4076	4022	4110
(2) Entradas	190	295	97
Alterações de leis orgânicas			
Mobilidade		4	
Regresso	7	4	
Admissões externas a serviços Adm. Central	182	282	97
Outros motivos	1	5	
(3) Saídas	244	207	19
Alterações de leis orgânicas			
Aposentações	93	53	11
Rescisões	127	119	8
Mobilidade		18	
Requalificação			
Outros motivos	24	17	
	31 de dezembro:	31 de dezembro:	31 de dezembro:
(4)=(1)+(2)-(3) Fim do período:	4022	4110	4188
Por memória:			
Varição (4)-(1)	-54	88	78
Varição em % (4)/(1)	-1,32	2,19	1,90

A previsão de recursos humanos para 2016, por grupo profissional, de acordo com o previamente previsto no Anexo IIB submetido na fase de elaboração do Orçamento à DGO, é a seguinte:

Designação da Cargo/Carreira/Grupo (Tabela SIOE)	Nº de postos de trabalho/efetivos
Assistente operacional, operário, auxiliar	910
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	423
Dirigente intermédio de 1º grau	20
Dirigente superior de 1º grau	1
Dirigente Superior de 2º grau	4
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário	3
Enfermeiro	1.307
Informático	18
Médico	1.015
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	283
Técnico Superior	78
Técnico Superior de Saúde	63
TOTAL	4.125
Nota: Inclui Prestadores de Serviço	

Plano de Infra-Estruturas e Equipamentos



	Equipamento de Imagem •Angiografia Digital - 2; •Ressonância Magnética - 2; •Tomografia Axial Computadorizada - 3; •Ecógrafo com e sem doppler -31; •Mamografo - 1; •Rad. telecomandada com Imagem digital - 1; •Radiologia Fixa Convencional - 6; •Radiologia Movei Convencional - 25;
	Medicina Nuclear •Câmara Gama - 2; •Osteodensitometro (por RX) - 0;
	Litotricia •Equipamento de Litotricia Extracorporal - 1;
	Hemodiálise Postos de Hemodiálise - 17;

Medidas de Redução de Custos 2016

Eixo/Medidas	
Gestão do Acesso	
Cumprimento dos TMRG	Monitorização diária relativamente às neoplasias malignas (LIC) e está em curso a criação de um equipa administrativa para detetar os erros de origem no registo no SONHO que sucessivamente criam tempos artificialmente prolongados.
Gestão da partilha de Recursos SNS	
Compras Centralizadas	O CHP tem cumprido e participado em todos os concursos e processos de compra centralizada por parte da SPMS, estando disponível para contribuir com informação e continuar a participar em processos futuros.
Softwares e sistemas	O CHP utiliza e adopta todos os <i>softwares</i> e sistemas disponibilizados pela SPMS, disponibilizando-se sempre a ser Hospital Piloto, por forma a otimizar os seus processos e diminuir os investimentos.
Estrutura/Organização interna	Internamente, e tratando-se de um centro hospitalar, procederam-se a processos de fusão e centralização de todos os serviços possíveis por forma a minimizar custos e elevar a eficiência. O CHP tem projectos de consolidação de laboratórios e de Hospitais de dia.
Instalações	O CHP tem previsto para este ano o encerramento de uma unidade hospitalar (H.J.Urbano) e o início da transferência do centro de Genética por forma a libertar instalações alienáveis
Partilha Externa	O CHP disponibiliza-se para estudar um processo de realização MCDT (dentro das suas capacidades) prescritos pelos cuidados de Saúde Primários da sua área de influência.
Mobilidade Parcial de RH	
Mobilidade de RH	O CHP tem acedido a todos os pedidos de mobilidade de RH quer para fora ou para ingressar no Centro Hospitalar.

1) Consolidação orçamental

- 1a) Conclusão da prescrição eletrónica, monitorização e melhor controlo do consumo de medicamentos ;
- 1b) Colocação dos transplantes renais na sua área (Estratégia/Política);
- 1c) Normalização do consumo clínico em parceria com os outros hospitais;
- 1d) Redução dos gastos com transportes;
- 1e) Renegociação de subcontratos - vigilância, alimentação, etc;
- 1f) Redução de MCDT's no exterior;
- 1g) Requisição electrónica de análises e MCDT's com limites à requisição;
- 1h) Esterilização de material *disposable*;
- 1i) Revisão dos custos da manutenção ;
- 1j) Negociação com fornecedores;

1k) Revisão de contratos;

2) Avaliação da estrutura micro de departamentos, serviços, unidades e valências

2 a) Rever as estruturas intermédias de gestão (dirigentes) ;

2 b) Concentração dos laboratórios;

2 c) Redução da lotação no Internamento;

3) Centralização de compras de bens e serviços transversais

3 a) Aquisição conjunta de fármacos com hospitais do Norte e concertação de utilização;

3 b) Acordos quadro da SPMS;

4) Racionalização da ocupação do espaço

4a) Desativação dos serviços de apoio do HJ Urbano;

4b) Encerramento do HJ Urbano;

4c) Desativação dos contentores em que está o Serviço de Medicina Física e Reabilitação;

4d) Devolução das instalações ocupadas pela Oftalmologia no Centro de Saúde de S. João;

5) Racionalização da carga horária

5a) Reavaliação dos horários contínuos;

5b) Revisão dos horários nos cuidados intensivos e intermédios;

5c) Revisão de todas as horas extraordinárias;

5d) Ajustamento dos horários da urgência;

6) Outros

6a) Dispensadores de medicamentos na Urgência;

6b) Não utilização de estudos laboratoriais do Centro de Histocompatibilidade;

6c) Aproveitamento do plasma humano das colheitas - melhorar a gestão da colheita de sangue;

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS

Como já referido o Centro Hospitalar do Porto, enquanto entidade abrangida pelo perímetro do Orçamento de Estado desde 2015, elaborou o seu Orçamento em Dezembro de 2015 nos termos das orientações da Circular nº 1379 da Direção Geral do Orçamento de 18 de Dezembro, bem como através do Ofício Circular nº 13709/2015/DFI/UOC/ACSS recebido a 28 de Dezembro de 2015, onde foi estabelecido o *plafond* do CHP a receber como forma de adiantamento do Contrato Programa de 2016, bem como outros pressupostos orçamentais transmitidos e tidos em conta na elaboração do Orçamento de 2016.

Em Abril de 2016, após conhecido o referencial da contratualização para 2016 e ocorrida a fase de negociação com ARS, o CHP assinou o Contrato programa 2016, ficando nele estabelecidas as metas de produção acordadas, bem como o orçamento de custos e proveitos constantes dos anexos ao referido contrato e atendendo à valorização de custos e proveitos decorrentes da proposta de produção fechada nessa data. Assim, as Demonstrações Financeiras Previsionais apresentadas neste plano estão em consonância com as constantes do Contrato Programa assinado.

4.1. PLANO DE INVESTIMENTOS/FINANCIAMENTOS

Plano de Investimentos

		Unidades: em Euros	
		Ano 2015	Orçamento (Ano 2016)
41-Investimentos financeiros			
42-Imobilizações corpóreas			
421 - Terrenos e Recursos Naturais			
422 - Edifícios e Outras Construções		1.463.532,00	5.485.346,00
423 - Equipamento Básico			
4231-Médico-cirúrgico		1.547.063,00	1.651.880,00
4232-De imagiologia		337.228,00	750.000,00
4233-De laboratório		486.111,00	200.000,00
4234-Mobiliário hospitalar		215.425,00	150.000,00
4235-De desinfecção e esterilização		40.146,00	40.000,00
4236-De hotelaria		22.150,00	40.000,00
4239-Outros		184.936,00	122.774,00
424 - Equipamento de Transporte		45.391,00	
425 - Ferramentas e Utensílios		12.793,00	
426 - Equipamento administrativo e Informático			
4261-Equipamento administrativo		56.221,00	60.000,00
4262-Equipamento informático		370.909,00	1.000.000,00
427 - Taras e Vasilhame			
429 - Outras Imobilizações Corpóreas			
42-Imobilizações corpóreas		4.781.905,00	9.500.000,00
43-Imobilizações incorpóreas			
431 - Despesas de Instalação			
432 - Despesas de Investigação e Desenvolvimento			
43-Imobilizações incorpóreas			
44-Imobilizações em Curso		11.779.879,42	0,00
44-Imobilizações em Curso		11.779.879,42	0,00
45-Bens de domínio público			
45-Bens de domínio público			
Orçamento Económico - Investimentos			
41-Investimentos financeiros		0,0	0,0
% s/ Total Geral		0,00%	0,00%
42-Imobilizações corpóreas		4.781.905,0	9.500.000,0
% s/ Total Geral		28,87%	100,00%
43-Imobilizações incorpóreas		0,0	0,0
% s/ Total Geral		0,00%	0,00%
44-Imobilizações em Curso		11.779.879,4	0,0
% s/ Total Geral		71,13%	0,00%
45-Bens de domínio público		0,0	0,0
% s/ Total Geral		0,00%	0,00%
TOTAL Geral		16.561.784,4	9.500.000,0

O Plano de Investimentos para 2016, integra-se na estratégia definida nos últimos anos e reflete os grandes projetos assumidos pelo Conselho de Administração, no que respeita essencialmente à conclusão da obra do Centro Materno Infantil, bem como os projetos de: desmaterialização dos processos clínico-administrativos, de remodelação da cozinha, de ampliação do Serviço de Urgência, de remodelação do telhado (fracção norte do corpo central do edifício neoclássico), das instalações da Farmácia, entre outros, bem como as verbas para acomodar as necessidades de Investimento, manifestadas pelos serviços submetidos à apreciação do Conselho de Administração a quem caberá geri-las no âmbito das fortes restrições orçamentais.

Investimentos 2016	2016 (Previsão)
Conclusão CMIN	3.260.346
Desmaterialização e automatização de processos clínico-administrativos	218.977
Remodelação cozinha - obras 1275m ² x 600€/m ² +equipamento	525.000
Remodelação/ampliação SU	300.000
Remodelação elevadores	300.000
Ed. Neoclássico (telhado) - fracção norte do corpo central, sobre actuais instalações da Liga Amigos	250.000
Novas instalações farmácia em ambulatório (inclui obrigatoriamente remodelação do telhado do e	450.000
12 Monitores de Sinais Vitais e Central de Monitorização	151.880
Iluminação LED	150.000
PI Ano Corrente (2016)	3.893.797
Total	9.500.000

Do montante orçamentado em 2016 de 9,5M€ €, 3,3M€ (35%) referem-se à conclusão da obra de edificação do CMIN, que foi objeto de atribuição de fundos comunitários (candidatura: Norte-09-0448-FEDER-000129) e que deverá ser concluído neste exercício conforme estabelecido contratualmente com a CCDRN. Considera-se ainda o investimento relativo ao projeto de desmaterialização e automatização de processos clínico-administrativos (como suporte a modelos organizacionais), aprovado no âmbito do concurso 01/SAMA/2015 – Sistema de Apoio à Modernização e Capacitação da Administração Pública (SAMA 2020) e cujo montante global é de cerca de 3M€ com financiamento FEDER em 85%, a concluir até 2018 e com uma afetação prevista de 0,2M€ em 2016 dado ainda se prever o seu início em finais do ano.

Considera-se ainda todo o restante investimento essencial à reposição de equipamentos e obras necessárias no normal funcionamento do CHP, que gere cerca de 4.000 funcionários e 7 instalações físicas, sendo uma das quais do século XIX, bem como todo o investimento emergente e necessário a acomodar os processos de integração e fusão de serviços e estruturas tendo em vista prosseguir a trajetória de rentabilização de meios e recursos disponíveis (iniciada há quase 10 anos com a constituição do Centro Hospitalar).

4.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAL

Unidades: em Euros			
	Estimado 2015	Orçamento 2016	2016/2015
61-Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas			
612-Mercadorias			
616-Matérias de consumo	113.194.811,70	110.909.173,91	-2,02%
6161-Produtos Farmacêuticos	86.492.545,67	85.206.734,80	-1,49%
61611-Medicamentos	76.722.010,94	75.607.172,06	-1,45%
61612/9-Reagentes/Outros produtos farmacêuticos	9.770.534,73	9.599.562,74	-1,75%
6162-Material consumo clínico	23.954.184,35	23.290.857,35	-2,77%
6163-Produtos alimentares	8.866,36	7.852,20	-11,44%
6164-Material consumo hoteleiro	1.657.412,78	1.435.640,90	-13,38%
6165-Material consumo administrativo	513.488,54	413.150,00	-19,54%
6166-Material manutenção e conservação	568.314,00	554.938,66	8,07%
6169-Outro material de consumo			
61-Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	113.194.811,70	110.909.173,91	-2,02%
62-Fornecimentos e serviços externos			
621-Subcontratos			
6218-Trabalhos executados no exterior	7.079.044,56	5.430.031,52	-23,29%
62181-Em entidades do M. Saúde	1.413.522,91	980.541,15	-30,63%
621811-Assistência ambulatória			
621812-Meios complementares de diagnóstico	610.573,62	407.335,38	-33,29%
621813-Meios complementares de terapêutica	110.004,94	23.205,77	-78,90%
621814-Prescrição medicam. e cuid. farmac.			
621815-Internamentos e transporte de doentes			
621819-Outros trabalhos executados no exterior	692.944,35	550.000,00	-20,63%
62189-Em outras entidades	5.665.521,65	4.449.490,37	-21,46%
621891-Assistência ambulatória			
621892-Meios complementares diagnóstico	1.452.393,99	1.000.000,00	-31,15%
621893-Meios complementares terapêutica	1.521.979,23	1.650.595,61	8,45%
621894-Prescrição medicam. e cuid. farmac.			
621895-Internamentos e transporte de doentes	826.147,98	761.116,02	-7,87%
621896-Aparelhos complementares de terapêutica	609.806,97	456.964,87	-25,06%
621897-Assistência no estrangeiro	1.255.193,48	580.813,87	-53,73%
621898-Termalismo social			
621899-Outros trabalhos executados no exterior			
6219-Outros subcontratos			
621-Subcontratos	7.079.044,56	5.430.031,52	-23,29%
622-Fornecimentos e serviços			
6221-Fornecimentos e serviços I	6.572.679,63	7.000.000,00	6,50%
6222-Fornecimentos e serviços II	1.024.948,61	1.000.000,00	-2,43%
62229 - Honorários	397.171,62	500.000,00	25,89%
6223-Fornecimentos e serviços III	13.523.875,44	11.933.340,04	-11,76%
62236 - Trabalhos Especializados	6.039.691,63	6.099.873,00	1,00%
622364-Serviços Técnicos Recursos Humanos	1.434.840,19	1.399.400,06	-2,47%
6223641-Serviços Técnicos Rec. Humanos prestados por Inst. do Min. S	135.445,19	169.306,30	25,00%
62236411-Serv. Téc. RH prestados por Inst. Min. Saúde - De cuidados de	88.115,13	109.752,82	24,56%
6229-Outros fornecimentos e serviços	96.000,90	129.628,30	35,03%
622-Fornecimentos e serviços	21.217.504,58	20.062.968,34	-5,44%
63-Transf. correntes conced. e prest. sociais			

Unidades: em Euros			
	Estimado 2015	Orçamento 2016	2016/2015
64-Custos com o pessoal			
641-Remunerações dos órgãos directivos	361.391,86	356.668,59	-1,31%
642-Remunerações de pessoal	96.031.962,62	100.005.260,51	4,14%
6421-Remunerações base do pessoal	66.934.012,90	69.882.394,23	4,40%
64211-RCTFP por tempo indeterminado	36.132.167,65	38.177.095,89	5,66%
64212-Pessoal c/ contrato a termo resolutivo	8.117.397,88	7.903.501,25	-2,64%
64213-Pessoal em regime Contrato Individual	22.117.724,02	23.275.503,65	5,23%
64214-Pessoal em qualquer outra situação	566.723,35	526.293,44	-7,13%
6422-Suplementos de remunerações	17.252.525,38	17.859.358,30	3,52%
642211-Horas extraordinárias	4.713.968,00	4.817.954,24	2,21%
642212-Prevenções	462.482,56	470.840,13	1,81%
642221-Noites e suplementos	2.557.925,18	2.554.844,47	-0,12%
642222-Subsídio de turno			
64223-Abono para falhas	1.873,60	1.873,60	0,00%
64224-Subsídio de refeição	3.649.879,65	3.747.445,90	2,67%
64225-Ajudas de custo	22.637,96	22.336,76	-1,33%
64226/7-Vestuário e Art. Pers/Alim. e Alojam.			
642281-PECLEC/SIGIC	2.198.201,30	2.578.680,26	17,31%
642282/9-Outros Suplementos	3.645.557,13	3.665.382,94	0,54%
6423-Prestações sociais directas	200.308,66	176.317,79	-11,98%
6424-Subsídios de férias e de Natal	11.645.115,68	12.087.190,19	3,80%
6425 - Prémios de desempenho			
643-Pensões	299.180,67	146.982,82	-50,87%
645-Encargos sobre remunerações	22.463.411,08	23.347.642,80	3,94%
646-Seguros de acid. trab. e doenças profissionais	456.101,57	500.746,38	9,79%
647-Encargos sociais voluntários	305.627,67	306.018,16	0,13%
648-Outros custos com pessoal	1.161.357,40	239.049,28	-79,42%
649-Estágios Profissionais	27.998,20	37.330,00	33,33%
64-Custos com o pessoal	121.107.031,07	124.939.698,54	3,16%
65-Outros custos e perdas operacionais	309.660,76	210.047,00	-32,17%
66-Amortizações do exercício	5.164.985,56	6.000.000,00	16,17%
67-Provisões do exercício	394.592,31	100.000,00	-74,66%
68-Custos e perdas financeiras	26.851,92	23.730,24	-11,63%
69-Custos e perdas extraordinários	534.508,78		-100,00%
TOTAL Geral	269.028.991,24	267.675.649,55	-0,50%
Custos com Pessoal Ajustados	122.939.042,88	126.839.098,60	3,17%
Outros Custos Operacionais	145.528.587,66	140.812.820,71	-3,24%
% Custos com HE, Suplementos e FSE	12,72%	12,80%	0,56%
Custos Operacionais	268.467.630,54	267.651.919,31	-0,30%
Custos Operacionais relevantes para EBITDA	262.908.052,67	261.551.919,31	-0,52%

Unidades: em Euros

	Estimado 2015	Orçamento 2016	2016/2015
71-Vendas e prestações de serviços			
711-Vendas			
712-Prestações de serviços	249.898.565,44	250.482.087,70	0,23%
7121 - SNS Contrato-programa	241.079.527,27	242.526.875,47	0,60%
71211-Internamento - SNS CP	78.578.340,51	81.061.480,19	3,16%
712111-GDH Médicos	39.923.707,88	42.546.900,74	6,57%
712112-GDH Cirúrgicos	26.578.459,64	26.070.941,69	-1,91%
712113-GDH Cirúrgicos Urgentes	11.162.452,49	11.377.717,26	1,93%
712114-Dias Internamento Doentes Crónicos	913.720,50	1.065.920,50	16,66%
71212-Consulta - SNS CP	44.305.995,38	45.442.523,80	2,57%
712121-Primeiras Consultas	11.540.100,60	12.717.397,00	10,20%
712122-Consultas Subsequentes	32.765.894,78	32.725.126,80	-0,12%
71213-Urgência/SAP - SNS CP	12.391.849,43	11.000.000,00	-11,23%
712131-Atendimentos (SU-Polivalente)	12.391.849,43	11.000.000,00	-11,23%
712132-Atendimentos (SU-Médica Cirúrgica)			
712139-Atendimentos (SU-Básica)			
71214-GDH Ambulatório	28.412.456,12	26.145.167,88	-7,98%
712141-GDH Cirúrgicos	23.694.357,53	20.768.800,84	-12,35%
712142-GDH Médicos	4.718.098,59	5.376.367,04	13,95%
71215-Hospital de dia - SNS CP	1.921.153,84	1.572.993,00	-18,12%
71218-Outras Prestações de Serviços de Saúde - SNS CP	75.469.731,99	72.304.710,60	-4,19%
712181-Serviço domiciliário - SNS CP	64.988,54	87.377,00	34,45%
712182-Programas de gestão da doença crónica	49.926.045,61	52.682.058,76	5,52%
712183-Saúde Sexual e Reprodutiva	1.061.632,49	1.255.526,79	18,26%
7121831-IVG até às 10 semanas	287.912,70	301.303,91	4,65%
7121832-PMA Diagnóstico e Tratamento da Infertilidade	667.324,00	842.323,20	26,22%
7121833-Diagnóstico Pré-Natal	106.395,79	111.899,68	5,17%
712184-Plano de convergência - SNS CP	18.605.581,96	11.876.343,77	-36,17%
712185-Valor Capitulacional (valor a facturar pelas ULS) - SNS CP			
712186-Sessões de Radioterapia			
712187-Medicamentos de cedência em ambulatório	3.895.520,47	4.000.000,00	2,95%
712188-Internos	1.925.962,92	2.403.404,28	24,79%
712189-Outras prestações serviços de saúde - SNS CP			
71219 - Outras prestações de serviços - SNS CP		5.000.000,00	
7122 - Outras Entidades Responsáveis	8.819.038,17	7.955.212,23	-9,80%
71221-Internamento - Outras Ent Resp	801.649,60	900.000,00	12,27%
71222-Consulta - Outras Ent Resp	37.127,97	29.593,85	-20,29%
71223-Urgência/SAP	371.155,53	318.489,75	-14,19%
712231-Urgência	371.155,53	318.489,75	-14,19%
712232-Serviço de atendimento permanente			
712239-Outros			
71224-Quartos particulares - Outras Ent Resp			
71225-Hospital de dia - Outras Ent Resp			
71226-Meios compl. de diagnóstico e terapêutica - Outras Ent Resp	4.576.830,55	4.305.427,98	-5,93%
712261-Meios complementares diagnóstico - Outras Ent Resp	2.199.676,70	1.456.950,87	-33,77%
7122611-Patologia Clínica	1.411.985,31	935.225,27	-33,77%
7122612-Anatomia patológica	81.300,60	53.849,27	-33,77%
7122613-Imagiologia	96.397,46	63.848,64	-33,77%
7122614-Cardiologia	909,30	602,27	-33,77%
7122616-Medicina nuclear	4.324,50	2.864,32	-33,77%
7122617-Gastroenterologia	54.685,20	36.220,62	-33,77%
7122619-Outros	550.074,33	364.340,48	-33,77%
712262-Meios complementares terapêutica - Outras Ent Resp	2.377.153,85	2.848.477,11	19,83%
7122621-Hemodiálise	2.345.592,76	2.810.658,33	19,83%
7122622-Medicina física e de reabilitação	542,92	650,57	19,83%
7122623-Litotricia		0,00	
7122624-Quimioterapia		0,00	
7122625-Radioterapia		0,00	
7122629-Outros	31.018,17	37.168,21	19,83%
71227 - Taxas moderadoras Outras Ent Resp - Total	2.960.248,35	2.276.097,65	-23,11%
712271 - Consultas - Outras Ent Resp	1.162.869,28	894.115,53	-23,11%
712272 - Urgência/SAP - Outras Ent Resp	597.673,78	459.543,84	-23,11%
712273 - Internamento - Outras Ent Resp	2.111,80	1.623,74	-23,11%
712276 - Meios complementares diagnóst. e terapêut. - Outras Ent Resp	1.197.010,04	920.365,93	-23,11%
712279 - Outros - Outras Ent Resp	583,45	448,61	-23,11%
71228-Outras Prestações de Serviços de Saúde - Outras Ent Resp	25.097,67	27.504,10	9,59%
712281-Serviço domiciliário - Outras Ent Resp		0,00	
712282-GDH de Ambulatório - Outras Ent Resp	25.097,67	27.504,10	9,59%
7122821-GDH Cirúrgicos	23.942,71	26.238,40	9,59%
7122822-GDH Médicos	1.154,96	1.265,70	9,59%
712289-Outras prestações serviços de saúde - Outras Ent Resp		0,00	
71229 - Outras prestações de serviços Outras Ent Resp - Total	46.928,50	98.098,90	109,04%
712291 - Convenções internacionais - Outras Ent Resp			
712294 - Unidades terapêuticas de Sangue - Outras Ent Resp	4.264,00	8.913,43	109,04%
712295 - Serviços prestados pela ACSS, IP - Outras Ent Resp			
712296 - Análises sanitárias - Outras Ent Resp			
712299 - Outras	42.664,50	89.185,47	109,04%
71-Vendas e prestações de serviços	249.898.565,44	250.482.087,70	0,23%

Unidades: em Euros			
	Estimado 2015	Orçamento 2016	2016/2015
72-Impostos e taxas			
73-Proveitos suplementares	809.616,58	861.770,64	6,44%
74-Transf. e subsídios correntes obtidos			
741-Transferências-Tesouro			
742-Transferências correntes obtidas	41.669,88		-100,00%
7421-Da ACSS			
7422-Do PIDDAC			
7423-Do FSE			
7429-Outras Transferências Correntes Obtidas	41.669,88		-100,00%
743-Sub. correntes obtidos-Outros entes públicos			
749 - Sub. correntes obtidos-De outras entidades			
74-Transf. e subsídios correntes obtidos	41.669,88		-100,00%
75 - Trabalhos para a própria entidade			
76 - Outros proveitos e ganhos operacionais			
7611-ACSS IP	8.015.641,05	7.450.672,00	-7,05%
762 - Reembolsos	2.208.031,67	2.086.025,59	-5,53%
763 - Produtos de fabricação interna		0,00	
768 - Outros não espec. alheios valor acrescentado	357,00	7.839,08	2095,82%
769 - Outros	1.570.454,03	918.934,36	-41,49%
76 - Outros proveitos e ganhos operacionais	11.794.483,75	10.463.471,03	-11,29%
78 - Proveitos e ganhos financeiros	127.068,78	2.000,00	-98,43%
79 - Proveitos e ganhos extraordinários	755.056,97	0,00	-100,00%
Demonstração de Resultados - Proveitos			
71-Vendas e prestações de serviços	249.898.565,44	250.482.087,70	0,23%
% s/ Total Geral	94,86%	95,67%	
72-Impostos e taxas	0,00	0,00	
% s/ Total Geral	0,00%	0,00%	
73-Proveitos suplementares	809.616,58	861.770,64	6,44%
% s/ Total Geral	0,31%	0,33%	
74-Transf. e subsídios correntes obtidos	41.669,88	0,00	-100,00%
% s/ Total Geral	0,02%	0,00%	
75 - Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	
% s/ Total Geral	0,00%	0,00%	
76 - Outros proveitos e ganhos operacionais	11.794.483,75	10.463.471,03	-11,29%
% s/ Total Geral	4,48%	4,00%	
78 - Proveitos e ganhos financeiros	127.068,78	2.000,00	-98,43%
% s/ Total Geral	0,05%	0,00%	
79 - Proveitos e ganhos extraordinários	755.056,97	0,00	-100,00%
% s/ Total Geral	0,29%	0,00%	
TOTAL Geral	263.426.461,40	261.809.329,37	-0,61%
Resultados Operacionais	-5.923.294,89	-5.844.589,94	1,33%
Resultado Líquido do Exercício	-5.602.529,84	-5.866.320,18	-4,71%
Resultado Operacional (EBITDA)	-363.717,02	255.410,06	170,22%
Proveitos Operacionais Próprios (Extra-Contrato)	8,18%	7,36%	-0,81%

Os custos com consumíveis acompanharão os níveis de produção previstos. No que respeita ao consumo de medicamentos, não obstante o aumento do valor dos medicamentos por inclusão de novos doentes resultantes da cedência de Tafamidis a doentes da PAF - Polineuropatia Amiloidótica Familiar em estadio 1, bem como o consumo de medicamentos de outras patologias como, HIV, Hipertensão Pulmonar, Esclerose Múltipla, o atual contexto de exigências orçamentais, com a necessidade de convergir para um EBITDA nulo, obrigará o CHP a fazer esforços no sentido de redução do valor dos consumos. Esta redução prevê-se que aconteça, não só por via de ganhos de eficiência resultantes de uma constante monitorização e de um melhor controlo do consumo de medicamentos e de uma avaliação permanente de novas terapêuticas mais eficientes e de menor custo, bem como também através de ganhos esperados decorrentes dos processos de negociação interna e centralizada (Ministério da Saúde e Apifarma). Em resultado deste esforço prevê-se uma redução global de 1,5% nos medicamentos e de 2,7% no material de consumo clínico, apesar da necessidade de assegurar os padrões de produção contratada.

Os Custos da Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas inclui ainda um montante de 2,4M€ para o total dos restantes consumíveis, que embora com menor expressão em termos absolutos, esperam-se igualmente acomodar alguma redução face aos valores registados no último ano.

O montante de redução global previsto no total de consumos é de 2%

Nas rubricas de subcontratos estimam-se ganhos significativos essencialmente, por via de da racionalização na requisição de Meios Complementares de Diagnóstico ao exterior e dos montantes gastos na Assistência Médica ao Estrangeiro, estimando-se nestas rubricas uma poupança de mais de 1,5M€.

O valor orçamentado incorpora o acréscimo de despesas com pessoal que se irá verificar pela passagem de 35 para 40 horas semanais dos profissionais médicos, bem como o acréscimo por via da abertura de concurso para assistente graduado.

O montante orçamentado em matéria de custos com pessoal cumpre as instruções da Circular nº 13709/2015/DFI/UOC/ACSS recebida a 28 de Dezembro de 2015, vertido no ponto 24 a 30 da circular da DGO 1379/2015 de 18 de Dezembro da DGO, relativa às instruções de preparação do Orçamento.

Tendo em consideração os pedidos submetidos à tutela durante o ano de 2015, bem como as necessidades prementes da instituição de forma a assegurar os serviços adequadamente e cumprindo a vária legislação em vigor (particularmente as dotações de enfermagem regulamentadas por decreto lei), foi definido o quadro de pessoal oportunamente submetido para aprovação da secretaria de estado. O valor orçamentado incorpora a previsão do acréscimo de despesas com pessoal que se irá verificar pela passagem de 35 para 40 horas semanais de apenas alguns profissionais médicos, bem como o acréscimo por via da abertura de concurso para assistente graduado. Ainda assim, para 2016 orçamentou-se um valor superior ao efetivamente realizado em 2015 em 3,2% (não contemplando esta estimativa o acréscimo de custos decorrente das reposições salariais).

O valor as amortizações acomoda os montantes previstos para as Imobilizações previstas no plano de investimentos.

Os montantes registados nas prestações de Serviços resultam maioritariamente do valor de 242,5M€ do Contrato-Programa, sendo este contrato reflexo da valorização da produção prevista aos preços e ICM estabelecidos para esse ano e acrescido de um montante de 5M€ a redistribuir por linhas de produção por adenda ao Contrato Programa. Neste valor inclui-se o Incentivo Institucional, correspondente a 5% do valor total da produção contratada, a receber de acordo com o cumprimento das metas relativas a Objetivos de Qualidade e Eficiência. Estão também incluídos nesta rubrica, cerca de 5,7M€, maioritariamente provenientes da faturação inter-hospitais, atendendo ao histórico existente na instituição na prestação de serviços, e o valor relativo à cobrança de taxas moderadoras em cerca de 2,3M€.

Os montantes inscritos nas rubricas de outros proveitos e Ganhos incluem cerca de 7,5M€ relativos a proveitos decorrentes de prestação de serviços de linhas verticais provindas da ACSS, como é o caso do Incentivo à Transplantação, Assistência Médica no Estrangeiro e Ajudas Técnicas, Medicação da Hepatite C e também cerca de 2 M€ relativos a reembolsos nomeadamente de vencimentos e medicamentos e ainda os valores relativos a proveitos decorrentes de ensaios clínicos e projetos de investigação.

Do Orçamento Económico para 2016 resulta um Resultado Líquido negativo em cerca de 5,8M€ e um EBITDA positivo em cerca de 0,25M€, cumprindo assim com as orientações da tutela relativas ao EBITDA positivo.

4.3. BALANÇO PREVISIONAL

Ativo

	AL - Activo Líquido (2015)	AB - Activo Bruto (Ano 2016)	AP - Amortizações ou Provisões (Ano 2016)	AL - Activo Líquido (Ano 2016)
Imobilizado				
Bens de domínio público				
451 - Terrenos e recursos naturais				
452 - Edifícios				
453 - Outras construções e infra-estruturas				
455 - Bens do património hist., artíst. e cultural				
459 - Outros bens de domínio público				
445 - Imobilizações em Curso de Bens de Domínio Público				
446 - Adiantamento por Conta de Bens do Domínio Público		0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público		0,00	0,00	0,00
Imobilizados Incorpóreos				
431 - Despesas de Instalação				
432 - Despesas de Investigação e Desenvolvimento				
443 - Imobilizações em Curso de Imobilizações Incorpóreas		0,00	0,00	0,00
449 - Adiantamentos por Conta de Imobilizações Incorpóreas				
Imobilizados Incorpóreos		0,00	0,00	0,00
Imobilizações Corpóreas				
421 - Terrenos e Recursos Naturais	51.874,98	51.874,98	0,00	51.874,98
422 - Edifícios e Outras Construções	30.650.347,99	111.272.763,18	18.848.467,27	92.424.295,91
423 - Equipamento Básico	7.493.866,30	78.575.249,28	71.535.491,28	7.039.758,00
424 - Equipamento de Transporte	64.241,04	633.603,36	589.927,20	43.676,16
425 - Ferramentas e Utensílios	15.958,56	119.980,38	105.760,82	14.219,56
426 - Equipamento administrativo e Informático	850.435,38	16.894.216,28	15.985.768,25	908.448,03
427 - Taras e Vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
429 - Outras Imobilizações Corpóreas	0,00	11.032,59	11.032,59	0,00
442 - Imobilizações em Curso de Imobilizações Corpóreas	57.064.826,92	8.252.983,49	0,00	8.252.983,49
448 - Adiantamentos por Conta de Imobilizações Corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações Corpóreas	96.191.551,17	215.811.703,54	107.076.447,41	108.735.256,13
Investimentos Financeiros				
411 - Partes de Capital				
412 - Obrigações e Títulos de Participação				
414 - Investimentos em Imóveis				
415 - Outras Aplicações Financeiras	968,38			
441 - Imobilizações em Curso de Investimentos Financeiros				
447 - Adiantamentos por Conta de Investimentos Financeiros				
Investimentos Financeiros	968,38			
Circulante				
Existências				
36 - Matérias-primas, Subsidiárias e de Consumo	14.987.797,74	14.987.797,74	0,00	14.987.797,74
34 - Sub-produtos, Desperdícios, Resíduos e Refugo				
33 - Produtos Acabados e Intermédios				
32 - Mercadorias				
37 - Adiantamento por Conta de Compras				
Existências	14.987.797,74	14.987.797,74	0,00	14.987.797,74

	AL - Activo Líquido (2015)	AB - Activo Bruto (Ano 2016)	AP - Amortizações ou Provisões (Ano 2016)	AL - Activo Líquido (Ano 2016)
Dívidas de Terceiros - Médio e Longo Prazo	0,00	0,00		0,00
Dívidas de Terceiros - Curto prazo				
28 - Empréstimos Concedidos				
211 - Clientes c/c	3.266.623,32	3.331.955,79		3.331.955,79
213 - Utentes c/c	0,00	0,00		0,00
215 - Instituições do MS	27.137.418,74	29.851.160,61		29.851.160,61
218 - Clientes e Utentes de Cobrança Duvidosa	0,00	0,00		0,00
251 - Devedores pela Execução do Orçamento	0,00	0,00		0,00
229 - Adiantamentos a Fornecedores	0,00	0,00		0,00
2619 - Adiantamentos a Fornecedores de Imobilizado	0,00	0,00		0,00
24 - Estado e Outros Entes Públicos	420.000,00	411.600,00		411.600,00
263/3/4+267+268 - Outros devedores	6.597.599,21	7.059.431,15		7.059.431,15
Dívidas de Terceiros - Curto prazo	37.421.641,27	40.654.147,55		40.654.147,55
Títulos Negociáveis				
151 - Acções				
152 - Obrigações e Títulos de Participação				
153 - Títulos da Dívida Pública				
159 - Outros Títulos				
18 - Outras Aplicações de Tesouraria				
Títulos Negociáveis				
Depósitos em Inst. Financ. e Caixa				
13 - Contas no Tesouro	0,00			
12 - Depósitos em Instituições Financeiras	2.491.363,64	2.049.644,87		2.049.644,87
11 - Caixa	5.305,60	5.417,02		5.417,02
Depósitos em Inst. Financ. e Caixa	2.496.669,24	2.055.061,89		2.055.061,89
Acréscimos e Diferimentos				
271 - Acréscimos de Proveitos	57.086.045,77	0,00		0,00
272 - Custos Diferidos	98.315,70	96.349,39		96.349,39
Acréscimos e Diferimentos	57.184.361,47	96.349,39		96.349,39
Total de Amortizações			107.076.447,41	
Total de Provisões			0,00	
TOTAL do ACTIVO	208.282.989,27	273.605.060,11	107.076.447,41	166.528.612,70

Passivo

Unidades: em Euros		
	Fundos Próprios e Passivo (Ano 2015)	Fundos Próprios e Passivo (Ano 2016)
Fundos Próprios		
51 - Património	144.704.000,00	144.704.000,00
56 - Reservas de Reavaliação		
Sub-total	144.704.000,00	144.704.000,00
Reservas	3.799.957,00	3.799.957,00
571 - Reservas Legais		
572 - Reservas Estatutárias		
574 - Reservas Livres		
575 - Subsídios		
576 - Doações	3.799.957,00	3.799.957,00
577 - Reservas Decorrentes da Transferência de Activos		
Sub-total	3.799.957,00	3.799.957,00
Resultados transitados	-141.611.101,00	-147.233.771,00
Resultado Líquido do Exercício	-5.622.670,00	-5.866.320,00
Fundo Patrimonial	1.270.186,00	-4.596.134,00
Passivo		
Provisões	2.689.605,01	2.689.605,01
291 - Provisões para Cobranças Duvidosas		
292 - Provisões para Riscos	2.689.605,01	2.689.605,01
Provisões	2.689.605,01	2.689.605,01
Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo		
Terceiros		
213 - Utentes c/c		
219 - Adiantamentos de Clientes, Utentes e Instit. MS	65.165.520,00	
221 - Fornecedores c/c	91.955.200,00	119.092.021,87
228 - Fornecedores - Facturas recep. e conf.	0,00	0,00
23 - Empréstimos obtidos	0,00	0,00
252 - Credores pela Execução do Orçamento	0,00	0,00
2611 - Fornecedores de imobilizado c/c	3.627.159,00	4.352.590,00
24 - Estado e Outros Entes Públicos	675.919,00	527.217,00
261/3/4 - Outros Credores	1.213.039,00	1.576.950,00
Terceiros	162.636.837,00	125.548.778,87
Acréscimos e Diferimentos		
273 - Acréscimos de Custos	17.205.273,00	17.205.273,00
274 - Provéitos Diferidos	24.481.091,00	25.681.091,00
Acréscimos e Diferimentos	41.686.364,00	42.886.364,00
Passivo	207.012.806,01	171.124.747,88
Fundos Próprios e Passivo	208.282.992,01	166.528.613,88

4.4. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA PREVISIONAL

	Unidades: em Euros	
	2015	2016
Método Directo		
Fluxos de Actividades Operacionais		
Recebimentos (+):	290.389.762,75	289.756.842,85
Contrato-programa (produção)	221.593.465,09	230.650.531,73
Dívidas de Terceiros (outras entidades)	47.229.967,35	44.269.719,00
Contrato-Programa (convergência)	4.254.007,50	
Incentivos	14.351.574,46	11.876.343,77
Subsídios à Exploração	0,00	0,00
Taxas Moderadoras (R)	2.960.248,35	2.960.248,35
Outros (inclui outros operacionais e extraordinários)	500,00	
Pagamentos (-):	-275.657.143,31	-272.489.760,20
Fornecedores e outros c/c	-118.724.261,76	-111.973.060,76
Custos com Pessoal	-121.355.880,65	-124.939.698,54
Transf. Correntes conced. e Prest. Sociais		
Outros (inclui outros operac. e extraord.)	-35.577.000,90	-35.577.000,90
Fluxos de Actividades Operacionais	14.732.619,44	17.267.082,65
Fluxos de Actividades de Investimento		
Recebimentos provenientes de (+):		
Investimentos Financeiros		
Imobilizações Corpóreas		
Imobilizações Incorpóreas		
Subsídios ao Investimento		
Juros e Proveitos Similares		
Dividendos		
Outros		
Pagamentos respeitantes a (-):	-14.614.927,63	-17.708.690,01
Investimentos Financeiros		
Imobilizações Corpóreas	-14.614.927,63	-17.708.690,01
Imobilizações Incorpóreas		
Fluxos de Actividades de Investimento	-14.614.927,63	-17.708.690,01
Fluxos de Actividades de Financiamento		
Recebimentos provenientes de (+):	2.000.000,00	
Empréstimos Obtidos		
Aumentos de Capital e P. Suplementares	2.000.000,00	
Subsídios e Doações		
Vendas de Acções Próprias		
Cobertura de prejuízos		
Pagamentos respeitantes a (-):		
Empréstimos Obtidos		
Amortizações de Contratos de Leasing		
Juros e Custos Similares		
Dividendos		
Reduções de Capital e P. Suplementares		
Aquisição de Acções Próprias		
Fluxos de Actividades de Financiamento	2.000.000,00	
Variação de Caixa e seus equivalentes	2.117.691,81	-441.607,36
Caixa no início do período	378.977,43	2.496.669,24
Caixa no fim do período	2.496.669,24	2.055.061,88
TOTAL	0,00	0,00

Nota explicativa ao Balanço e à Demonstração de Fluxos de Caixa

O ativo considera valores líquidos estáveis, apenas o ativo fixo aumentou 12M€. Considera-se também a finalização da obra do Centro Materno Infantil e a estabilidade nos créditos sobre clientes e restante ativo. O capital próprio está influenciado por resultados desfavoráveis e pelos resultados transitados. Prevemos o aumento da dívida a fornecedores correntes, por via da canalização das receitas para pagamento da obra do Centro Materno Infantil do Norte. Nesta fase, a despesa desta construção faz-se quase na totalidade através de receita da atividade operacional, estando no entanto previsto os 5% da Receita ao abrigo do projeto de financiamento FEDER (candidatura n.º: Norte-09-0448-FEDER-000129) que terá a sua conclusão durante o ano 2016, sendo a verba em falta representante de 5% do montante total de financiamento atribuído (24,8M€).

Foi prevista a regularização dos adiantamentos de clientes na totalidade. Também não se considera acréscimos de proveitos, dado que consideramos que a regularização de facturação ocorrerá dentro do exercício de 2016.

5. PRINCÍPIOS GERAIS DE ELABORAÇÃO DOS INSTRUMENTOS PREVISIONAIS DE GESTÃO

Adoção de estratégias de maximização de receitas mercantis

O CHP apresentou e negociou com a tutela a proposta de produção vertida no Contrato-Programa. Por via dos mecanismos de contratualização interna, procedeu internamente à desagregação dos compromissos assumidos externamente pelos níveis de gestão intermédia (serviços). A monitorização e acompanhamento dos desvios face às metas acordadas pelos diferentes níveis de gestão permitirá maximizar os valores assumidos em Contrato-Programa.

De igual modo, o CHP acomodou uma percentagem de proveitos extra Contrato-Programa de 10% de modo a potenciar receitas providas de outras entidades que não o SNS.

EDITDA positivo ou nulo

A instituição propõe manter em 2015 um EBITDA positivo cumprindo assim o estabelecido nas orientações da Tutela aquando da elaboração do Contrato-Programa. O esforço na contenção de custos, nomeadamente nas rubricas de consumos, permitirá prosseguir e dar continuidade a uma política de racionalização de custos que já vem sendo seguida. O Conselho de Administração negociou internamente com a generalidade dos serviços uma redução em 5% dos custos totais com requisição de MCDT e consumos de materiais, de modo a envolver e a sensibilizar toda a organização para a necessidade de redução dos custos de produção.

Redução de PMP e do volume de pagamentos em atraso (“arrears”)

PMP	2014	2015	Var. (%) 2015/2014	2016	Var. (%) 2016/2015
Prazo	200	195	-2,50%	233	19,49%

Unid: €

Dívidas Vencidas	Dívidas vencidas de acordo com o Art. 1.º DL 65-A/2011				
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	28.551.846,17	2.829.806,22	12.808.174,71	249.296,04	0,00
Aq. de Capital	1.462.373,74	392.306,67	201.885,56	350,58	0,00
Total	30.014.219,91	3.222.112,89	13.010.060,27	249.646,62	0,00

O Conselho de Administração tem encetado todos os esforços no sentido de implementar uma política de não existência de pagamentos em atraso, em consonância com a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro (LCPA).

Minimização da dívida bancária

Não aplicável.

Adoção de estratégias de redução do endividamento e encargos financeiros associados

Não aplicável.

A Instituição não prevê o recurso a endividamento bancário, durante o ano de 2016, nem a detenção de qualquer passivo remunerado.

Medidas adotadas no âmbito da gestão de recursos humanos, designadamente redução do nº trabalhadores e política salarial

Em matéria de política salarial e redução de efetivos, tem-se dado cumprimento às orientações da Tutela. A redução efetiva no número de profissionais (em -127 efetivos desde 2012 até 2014) resulta de um apertado controlo das novas admissões. Todavia, os constrangimentos ao nível das Urgências, a que o despacho nº342-C/2015 de 13 de Janeiro veio colmatar embora com carácter excecional, não permitiram prosseguir a partir de 2015 com uma política de continuidade na redução de efetivos ao mesmo nível da verificada nos 3 anos anteriores. Efectivamente, nesse ano o número de efectivos aumentou para valor igual ao verificado em 2012. As projeções efetuadas no orçamento para 2016 submetido na DGO, apontam para um crescimento de 78 efetivos face às projeções iniciais para 31/12/2015.

Acresce referir que o CHP, sendo um hospital escolar, tem regras próprias e responsabilidades acrescidas em matérias de recursos humanos e que não são aplicadas à maior parte do universo dos Hospitais, EPE sem este nível de diferenciação no ensino.

Princípios financeiros referência para 2016 – redução de gastos operacionais

De acordo com o referido no artigo 31º da Lei n.º 7-A/2016 de 30 de março, o nº 1 não se aplica ao universo dos hospitais EPE. Apresenta-se no entanto quadro com a evolução dos gastos.

(Valores em euros)

Gastos Operacionais (CMVMC + FSE + GcP)	2014	2015	2016	Δ 16/14		Δ 16/15		Observações
	Executado		Proposta	Valor	(%)	Valor	(%)	
(1) CMVMC	104.505.615,8	113.194.811,7	110.909.173,9	6.403.558,1	6,1%	-2.285.637,8	-2,0%	
(2) FSE(a)	27.043.504,2	28.296.549,1	25.492.999,0	-1.550.505,2	-5,7%	-2.803.550,1	-9,9%	
Comunicações	545.644,0	457.088,0	462.230,2	-83.413,8	-15,3%	5.142,2	1,1%	
Deslocações	36.446,8	53.391,4	51.789,7	15.342,9	42,1%	-1.601,7	-3,0%	
Ajudas de Custo e Alojamento				0,0	n.a.	0,0	n.a.	
GCP	122.483.045,0	121.107.031,1	124.939.698,5	2.456.653,5	2,0%	3.832.667,5	3,2%	
Indemnizações	160.018,2	23.988,3	23.910,0	-136.108,2	-85,1%	-78,3	-0,3%	
(3) GCP (Sem indemnizações)	122.323.026,8	121.083.042,8	124.915.788,5	2.592.761,8	2,1%	3.832.745,7	3,2%	
Gastos Operacionais								
Total (1)+(2)+(3)	253.872.146,8	262.574.403,7	261.317.961,5	7.445.814,7	2,9%	-1.256.442,2	-0,5%	
VN Volume de Negócios (*)	249.898.566,1	254.190.066,3	250.482.087,7	583.521,6	0,2%	-3.707.978,6	-1,5%	
GO/VN	1,0	1,0	1,0					
Recursos Humanos (Nº)	2014	2015	2016	Δ 16/14		Δ 16/15		Observações
	Real		Proposta	Valor	(%)	Valor	(%)	
Trabalhadores	4.032	4.173	4.200	168,0	4,2%	27,0	0,6%	
Membros CA	5	5	5	0,0	0,0%	0,0	0,0%	

(a) Preencher folha 2 - Detalhe dos FSE

(*) Expurgado dos subsídios à exploração e das indemnizações compensatórias.

6. PARECER DO ROC SOBRE OS INSTRUMENTOS PREVISIONAIS DE GESTÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DO OE2016

GGI

5. Entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer sobre o Orçamento para 2016.

ANÁLISE

6. Procedemos à análise da proposta do Orçamento, incluindo o orçamento da receita e da despesa, bem como à análise das demonstrações financeiras previsionais, a qual incluiu a realização de indagações sobre as previsões e sobre os pressupostos apresentados na Memória Justificativa. Efetuámos procedimentos analíticos, designadamente, observando a evolução das quantias orçamentadas face ao histórico e a evolução da sua importância relativa na demonstração em que se inserem.

RESERVA

7. Não nos foi presente o plano de atividades para o período compreendido entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2016, pelo que não podemos emitir opinião sobre o mesmo.

PARECER

8. Em nossa opinião, exceto quanto à limitação referida no parágrafo 7, acima, com base no trabalho efetuado sobre a evidência que suporta os pressupostos da informação financeira previsional dos documentos acima referidos, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de um nível de segurança moderado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que tais pressupostos não proporcionem uma base aceitável para aquela informação.
9. Devemos contudo advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Lisboa, 12 de Fevereiro de 2016

PONTES, BAPTISTA & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Sérgio Pontes, BOC nº 180

Declaração de conformidade do OE/2016

Programa	13 - Saúde
Ministério	12- saúde
Designação Serviço:	Centro Hospitalar do Porto, EPE
Código Serviço:	6520

- Memória Justificativa da proposta do orçamento do Serviço ☒
- Mapa de pessoal do serviço ou organismo aprovado pela Tutela ☒
- Atualização do Sistema Central de Encargos Plurianuais (SCEP) ☒
- Demonstrações financeiras previsionais * ☒
- Parecer do Fiscal Único ** ☒
- Documento comprovativo do NIPC/NIF *** ☒
- Anexos Relativos a Despesas com o Pessoal (Anexos II, IIA e IIB)

RUI MANUEL OLIVEIRA PEDROSO

Data: (registada automaticamente)

*** Aplicável às entidades que passaram a integrar o perímetro das Administrações Públicas em 2016 e às entidades cujo NIPC/NIF tenha sofrido alteração em 2015.